

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARA MICHELE COELHO

DIÁLOGOS COM OS PROFESSORES:
UMA ANÁLISE SOBRE NARRATIVAS DO COTIDIANO NO
NOVO ENSINO MÉDIO EM CAPINÓPOLIS-MG

UBERLÂNDIA- MG
2023

Mara Michele Coelho

Diálogos com os professores:
uma análise sobre narrativas do cotidiano no Novo Ensino Médio em Capinópolis-MG

Texto apresentado para a defesa ao Programa de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Cultura, Identidades, Educação e Sociabilidade.

Orientadora: Profa. Dra. Marili Peres Junqueira.

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C672
2024

Coelho, Mara Michele, 1981-
Diálogos com os professores [recurso eletrônico] :
Uma análise sobre narrativas do cotidiano no Novo Ensino
Médio em Capinópolis- MG / Mara Michele Coelho. - 2024.

Orientadora: Marili Peres Junqueira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Ciências Sociais.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.145>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Sociologia. I. Junqueira, Marili Peres, 1973-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 316

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ciências Sociais				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado 14/2023 do PPGCS-UFU				
Data:	25 de janeiro de 2024	Hora de início:	9h	Hora de encerramento:	11h
Matrícula do Discente:	12112CSC006				
Nome do Discente:	Mara Michele Coelho				
Título do Trabalho:	Diálogos com os professores: Uma análise sobre narrativas do cotidiano no Novo Ensino Médio em Capinópolis-MG				
Área de concentração:	Sociologia e Antropologia				
Linha de pesquisa:	Cultura, Identidade, Educação e Sociabilidade				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Inovações em Ciências Sociais na educação escolar: os nexos contemporâneos entre formação docente e prática de ensino				

Reuniu-se por vídeo conferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, assim composta: Profa. Dra. Marili Peres Junqueira (Orientadora e Presidente da banca PPGCS/INCIS/UFU), Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali (Examinadora PPGCS/INCIS/UFU) e Prof. Dr. Leandro Raizer (Examinador UFRGS).

Iniciando os trabalhos, a presidente da mesa, a Profa. Dra. Marili Peres Junqueira apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidenta concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, os examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca Examinadora, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

APROVADA.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Marili Peres Junqueira - Orientadora e Presidente da banca
(PPGCS/INCIS/UFU)

Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali - Examinadora (PPGCS/INCIS/UFU)

Prof. Dr. Leandro Raizer - Examinador (UFRGS)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Marili Peres Junqueira, Presidente**, em 25/01/2024, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Santana Previtali, Professor(a) do Magistério Superior**, em 25/01/2024, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Raizer, Usuário Externo**, em 25/01/2024, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5132867** e o código CRC **EC830212**.

Referência: Processo nº 23117.005999/2024-57

SEI nº 5132867

MARA MICHELE COELHO

Diálogos com os professores:
uma análise sobre narrativas do cotidiano no Novo Ensino Médio em Capinópolis-MG

Texto apresentado para a defesa ao Programa de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Cultura, Identidades, Educação e Sociabilidade.

Uberlândia-MG, 25 de janeiro de 2024.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Marili Peres Junqueira - Orientadora (PPGCS/Incis/UFU)

Prof. Dr. Leandro Raizer (UFRGS)

Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali (PPGCS/INCIS/UFU)

À Deus. Agradeço à minha família, minha mãe querida Ivanilda Divina, que sempre me incentivou e meu padrasto Pedro. Meu esposo Rodmar e meu filho Miguel Venâncio pela paciência em todos os momentos dessa jornada, e à minha irmã Nara Niceia pelos ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pela minha existência.

Sou grata pela minha mãe Ivanilda por sempre me incentivar em todos os momentos e sempre me dizendo: “Vai dar tudo certo”.

À minha irmã querida que esteve comigo em todos os momentos dessa empreitada, sempre me orientando e mostrando o caminho certo, e ao meu irmão Bruno que acolhe e brinca das situações.

Sou grata ao meu esposo Rodmar, que sempre esteve ao meu lado me apoiando com toda sua paciência.

Ao meu filho amado Miguel Venâncio que é a fonte de minha inspiração e dedicação.

Meus agradecimentos a todos os professores do PPGCS UFU, Prof. Patrícia Tropa, Fabiane Previtali, Mariana Côrtes, Maria Lúcia Vannuchi, Diego Soares, Moacir de Freitas Júnior pelos ensinamentos em suas aulas que se tornaram momentos de muito aprendizado. Também agradeço a todos os colegas da Pós-graduação, em especial Taline e Maíra pelas conversas prazerosas e incentivadoras, e a secretaria do PPGCS pela dedicação. Aos membros da banca de qualificação e da defesa dessa Dissertação. Aos meus colegas de trabalho por todo incentivo que me prestaram.

Agradeço minha orientadora, Marili Peres Junqueira, por sua inteligência e sabedoria, sua dedicação, paciência e ensinamentos para que o meu percurso fosse realizado e concretizado.

Gratidão a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse sonho.

“A persistência é o caminho do êxito”.

Charles Chaplin.

RESUMO

Este estudo está relacionado às alterações em relação ao Novo Ensino Médio. Principalmente, com olhar direcionado ao Livro Didático na Educação Básica no estado de Minas Gerais. O objetivo é expor algumas alterações de diferentes documentos a partir das mudanças ocorridas no Ensino Médio da Educação Básica. Haja vista que houve impacto significativo para professores e estudantes, além do grande volume de livros apresentados no Plano Nacional do Livro Didático - 2021. Desse modo, podemos ver que a Sociologia se mostra como importante ciência crítica, uma vez que os clássicos da Sociologia já apontam isso, de acordo com sua evolução como componente curricular nas escolas. A partir das mudanças apresentadas na Lei 13.415/2017, observa-se uma disputa neoliberal e ideológica que permeiam o campo educacional voltado ao mercado de trabalho. Já em relação a importância do Livro Didático “Diálogo”, escolhido por professores de Ciências Humanas e Sociais de uma escola pública estadual mineira, verifica-se extenso volume de Livros. Para tanto, nesta pesquisa foi utilizada metodologia qualitativa, pesquisa bibliográfica para coleta de dados e documental, por meio de diversos documentos oficiais (Lei 13.145/ 2017, LDB, PCNs, BNCC, CRMG, Matriz Curricular MG, PNLD). Foi realizada observação participante em uma escola pública estadual mineira - Capinópolis- MG. Também foram realizadas entrevistas com os professores da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas sobre o uso e aplicabilidade do livro didático em sala de aula. Os resultados, a partir das informações colhidas nas entrevistas, apontam que o Livro Didático pode ser considerado um importante objeto de ensino e aprendizagem para alguns professores, pois a maioria não utiliza em sala de aula, seu uso é mais contínuo para estudos e para o planejamento das aulas, sendo menos constante sua aplicabilidade em sala de aula com os estudantes. Nesse sentido, em relação ao uso do livro, tende a depender das práticas pedagógicas de cada professor. Portanto, a presente pesquisa visa contribuir para futuros estudos e questionamentos relacionados ao uso e aplicabilidade do livro didático para a Sociologia Escolar no Ensino Médio, tanto por professores quanto por estudantes.

Palavras-Chave: Sociologia; Livro Didático; Novo Ensino Médio.

ABSTRACT

This study is related to the changes in relation to the New High School. Mainly, with a focus on the Textbook in basic education in the state of Minas Gerais. The objective is to expose some changes in different documents based on the changes that occurred in High School, in Basic Education. Given that there was a significant impact on teachers and students, in addition to the large volume of books presented in the National Textbook Plan 2021. In this way, we can see that Sociology is an important critical science, since the classics of Sociology already point this out, according to its evolution as a curricular component in Minas Gerais schools. From the changes presented in Law 13.415/2017, there is a neoliberal and ideological dispute that permeates the educational field focused on the labor market. Regarding the importance of the textbook "Dialogue", chosen by teachers of Human and Social Sciences of a public school in the state of Minas Gerais, there is an extensive volume of books. To this end, this research used qualitative methodology, bibliographic research for data collection and documental, through several official documents (Law 13.145/2017, LDB, PCNs, BNCC, CRMG, MG Curriculum Matrix, PNLD). Participant observation was carried out in a public school in the state of Minas Gerais, the Sérgio de Freitas Pacheco State School - Capinópolis - MG. Interviews were also conducted with teachers in the area of Human Sciences about the use and applicability of the Textbook in the classroom. The results, based on the information collected in the interviews, indicate that the Textbook can be considered an important object of teaching and learning for some teachers, because most of them do not use it in the classroom, its use is more continuous for studies and for lesson planning, and its applicability in the classroom with students is less constant. In this sense, in relation to the use of the Book, it tends to depend on the pedagogical practices of each teacher. Therefore, the present research aims to contribute to future studies and questions related to contributions about the use and applicability of the Sociology Textbook in High School, both by teachers and students.

Keywords: Sociology; Textbook; New High School.

LISTA DE SIGLAS

ABECS: Associação Brasileira de Sociologia
BNCC: Base Nacional Comum Curricular
CF: Constituição Federal
CHSA: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
CRMG: Currículo Referência de Minas Gerais
EJA: Educação de Jovens e Adultos
EM: Ensino Médio
GDV: Gramática do Design Visual
INL: Instituto Nacional do Livro
LD: Livro Didático
LDB ou LDBN: Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MG: Minas Gerais
NEM: Novo Ensino Médio
OCEM: Orientações Curriculares para o Ensino Médio
PCNS: Parâmetros Nacionais Curriculares de Sociologia
PNLD: Plano Nacional do Livro Didático
PUC MG: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SEE: Secretaria Estadual de Educação
UEMG :Universidade Estadual de Minas Gerais
UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais
UNDIME: União dos Dirigentes Municipais de Educação

Sumário

1. Introdução	11
2. A Sociologia e sua História	15
2.1. Os clássicos da Sociologia e suas visões sobre educação	16
2.2. A Sociologia no Ensino Médio	25
2.3. Alguns Documentos sobre o Novo Ensino Médio	27
2.4. A Lei 13.415 de 2017	28
2.5. Lei de Diretrizes e Bases da Educação	38
2.6. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio	40
3. Base Nacional Comum Curricular, Novo Ensino Médio e a Sociologia	43
3.1. Currículo Referência de Minas Gerais e a Sociologia	47
3.2. Matriz Curricular de Minas Gerais	50
3.3. Livro Didático e PNLD	53
4. “Coleção Diálogo” e Capinópolis-MG	59
4.1. Recursos didáticos, possibilidades e usos	59
4.2. Explorando o livro didático	62
4.3. Ação do livro didático em uma escola real com a palavra os professores	66
5. Considerações Finais	84
Referências	88

1. Introdução

O Livro Didático é uma importante ferramenta para o professor, pode ajudar em suas práticas educativas no dia a dia em sala de aula com os estudantes, que também devem se apropriar desse artefato cultural. Assim, esse trabalho tem relação com o Livro Didático (LD) de Sociologia no Novo Ensino Médio, busca apresentar ideias, conceitos e teorias dos principais assuntos relacionados às Ciências Humanas no contexto da educação escolar.

Pode-se verificar que o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) funciona como uma política pública de distribuição de livros, que se iniciou em 1929, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) para legitimar e auxiliar a produção do livro didático. Depois, veio o Decreto - Lei 1938, para fiscalizar os livros. Em 1986, o PNLD, para serem distribuídos gratuitamente pelo Estado para os estudantes das escolas públicas de Educação Básica, cujos Editais foram sendo modificados até o atual PNLD de 2021 (Etapa do Ensino Médio).

Sendo assim, considera-se este estudo a partir da Lei 13.415/2017 que trata sobre a reforma do Ensino Médio, pois a partir das alterações ocorridas nessa lei outros documentos foram modificados, bem como o PNLD do ano de 2021, diante dessas alterações deverá orientar os estudos propostos.

Atualmente, o PNLD apresenta diversas obras para atender professores e estudantes e sua distribuição é gratuita. Esses livros devem ser escolhidos pelos professores de acordo com sua área de atuação. Dentre as diversas obras aprovadas no PNLD (2021), a coleção Diálogo foi a escolhida a partir da minha experiência pessoal como professora em uma Escola Estadual no município de Capinópolis- MG, ministrando aulas de Sociologia no Ensino Médio. Essa coleção também foi escolhida pelos demais professores da área de Ciências Humanas da escola para serem utilizadas a partir do ano de 2022.

Algumas considerações importantes a partir de uma observação participante foram expostas na pesquisa, percepções sobre o LD. Portanto, a busca por reunir dados e informações teve o propósito de responder à seguinte questão: Quais os impactos do Livro Didático no ensino de Sociologia no Novo Ensino Médio?

Para tanto, o objetivo geral da pesquisa foi descobrir de que forma as alterações de alguns documentos oficiais têm impacto no LD no ensino de Sociologia no Novo Ensino Médio (NEM). Partiu-se da hipótese que os LD são significativos para o ensino e aprendizagem dos estudantes, principalmente porque são estabelecidos por área de conhecimento e não mais ciência, afetando assim a compreensão do que seria o ensino de cada uma das ciências que compõem o NEM.

Para alcançar o objetivo geral, apresentou-se os seguintes objetivos específicos, o primeiro foi identificar a importância da Sociologia na Educação Básica, trata sobre estudos sobre a importância da Sociologia, além da importância, evolução e história da disciplina escolar, bem como seus propósitos escolares para a formação de uma sociedade mais justa, equitativa e socialmente referenciada.

O segundo objetivo específico da pesquisa foi descrever as principais mudanças relacionadas ao NEM relacionado a Sociologia, a partir de estudos sobre os diversos documentos oficiais como a Lei 13.415/2017, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), Parâmetros Nacionais Curriculares de Sociologia (PCN de Sociologia), e a Matriz Curricular Mineira.

Como terceiro objetivo específico, foi verificar a importância do LD da coleção “Diálogo” no que se refere ao componente curricular de Sociologia no NEM, a importância do LD por meio de estudos sobre o PNLD e como os estudantes, professores e a escola da Educação Básica têm relação com o LD.

A pesquisa científica é toda atividade que se realiza para se descobrir alguma verdade ou negação que se tenha sobre algum assunto ou aspecto a ser compreendido. Para se obter a resposta ou análise, é necessário utilizar de alguns meios com respaldo nas ciências, para que se tenha um resultado, dados finais confiáveis. Segundo Severino (1980, p. 15), o “trabalho científico é o conjunto de processos de estudo, de pesquisa e de reflexão que caracteriza a vida intelectual do pesquisador”.

Considerando a temática, esta será uma pesquisa de natureza qualitativa, visto que, a meta é gerar novos conhecimentos, úteis para o avanço de pesquisas sobre a Sociologia no Ensino Médio e LD desse componente curricular, seja para pesquisadores, professores ou estudantes. Possa (2008) considera que a pesquisa qualitativa busca resposta para perguntas que destacam o modo como as experiências educacionais, pedagógicas e sociais acontecem no contexto das instituições educacionais. A autora destaca como papel principal da pesquisa qualitativa, criação e atribuição de significados aos fatos, fenômenos e acontecimentos.

Quanto a abordagem, Gerhardt e Silveira (2009, p. 32) explicam que “os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito”. Por isso, adotamos essa abordagem, dado que, não buscaremos quantificar os dados, mas analisá-los seguindo os seguintes passos: seleção, descrição, interpretação com base na análise crítica.

A pesquisa bibliográfica que fundamenta a proposta pedagógica presente, nos ajuda a compreender as dificuldades e avanços do professor de Sociologia na prática docente em uma escola que não está nas grandes capitais do Brasil. E ainda, identificar práticas educativas que apontam possibilidades que estimulem o jovem estudante do Ensino Médio à reflexão Sociológica por meio da qualidade das propostas apresentadas em sala de aula. Para assim, possibilitar a capacidade de olhar reflexivo sobre o cotidiano, demonstrado pelas experiências vivenciadas, relacionando concepções pedagógicas com a prática.

Consoante a Fonseca (2002, p. 32), “qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto”. Por isso, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática pesquisada, com o intuito de conhecê-la mais profundamente. Além disso, foi realizada discussão sobre o que é proposto pelos documentos oficiais direcionadores da área, após um exame detalhado do LD, selecionamos os dados para análise.

Conforme destaca Santos (2007), a pesquisa acadêmica viabiliza a atividade pedagógica, visando o espírito de busca intelectual autônoma. É necessário que se aprendam as formas de problematizar necessidades, solucionar problemas, indicar respostas adequadas. O resultado mais importante não é a oferta de uma resposta salvadora para a humanidade, mas a aquisição do espírito e método para a indagação intencional.

A importância do levantamento bibliográfico é uma etapa indispensável à compreensão dos métodos adequados para que se faça uma análise do objeto de pesquisa estudado e possa contribuir para uma revisão de literatura, cujo objetivo é dar visão e credibilidade aos resultados apresentados.

Desse modo, para o desenvolvimento do presente trabalho foram utilizados métodos de pesquisas bibliográficas em livros, sites e documentos oficiais como pontos de partida. Ademais, devido parte da pesquisa ser realizada na análise dos LD do componente curricular de Sociologia no contexto do NEM, foi de caráter exploratório e explicativo, com aporte de uma observação participante.

Para um melhor entendimento do LD foi analisada a coleção de livros didáticos Diálogo - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, da editora Moderna no que se refere ao componente curricular de Sociologia. Uma vez que os livros foram pensados na integração curricular, ou seja, as disciplinas escolares que compõem a área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Sociologia, Filosofia, História e Geografia), como consta na BNCC (BRASIL, 2017). Assim, um único livro da coleção traz os quatro componentes por capítulos, e ou até mesmo dividindo os capítulos para se integrarem.

Esta pesquisa justifica-se a partir de análises sobre o LD Diálogo e diversos documentos relacionados ao Ensino Médio. Têm a intenção de agregar novos conhecimentos acerca dos resultados, de forma a contribuir teórica e criticamente, advindas de discussões percebidas nessas análises da Sociologia que integra a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Espera-se contribuir para estudos futuros relacionadas aos LD de Sociologia, em contribuição para seu público-alvo, educadores e estudantes, em proveito de uma melhor compreensão dos conteúdos abordados. Portanto, nesse contexto, a proposta de trabalho científico visa apresentar conceitos, definições e ferramentas possíveis para compreensão e gerar subsídios para novas questões do LD.

É importante entendimentos acerca dessas alterações e, assim, será possível compreender parte desse processo que ainda está em desenvolvimento, pois o NEM apresenta novas mudanças como alteração de carga horária dos estudantes, aumento de disciplinas integradoras e diminuição de disciplinas (BNCC) na matriz curricular do Estado de Minas Gerais nas escolas públicas (CRMG).

Visto que diante dessas mudanças no Ensino Médio e em diversos documentos orientadores como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, Base Nacional Comum Curricular, Currículo Referência de Minas Gerais, dentre outros, espera-se que sejam realizadas diversas outras pesquisas sobre a temática.

2. A Sociologia e sua História

A Sociologia surgiu do pensamento Iluminista, pouco tempo após a Revolução Francesa (1789), como uma ciência da sociedade positivista. Segundo Carvalho (2006, p. 19), “Comte propõe a adoção do método científico com base para a organização política da sociedade industrial moderna”.

Desde o seu surgimento no século XIX, a Sociologia procura entender essas diversas mudanças e explicá-las. No entanto, é necessário frisar, de forma muito clara, que a Sociologia é datada historicamente, e seu surgimento está vinculado à consolidação do Capitalismo moderno.

Segundo Ferreira (2012), a primeira Revolução Industrial, datada no século XIII significou, para o pensamento social, algo mais do que a introdução da máquina a vapor. O autor deixa claro que ela representou a racionalização da produção da materialidade da vida social. O triunfo da indústria capitalista foi pouco a pouco concentrando as máquinas, as terras e as ferramentas sob o controle de um grupo social, convertendo grandes massas camponesas em trabalhadores industriais.

De acordo com Marx (Manifesto do Partido Comunista, 1848) neste momento consolida-se a sociedade capitalista que divide de modo central a sociedade entre burgueses (donos dos meios de produção) e proletários (possuidores apenas de sua força de trabalho) em uma relação de cooperação e dominação.

Há paralelamente, um aumento da presença do Estado que representa um aumento da burocratização, e de suas funções, e que está ligado majoritariamente aos estratos médios da população segundo Weber (2015).

Pode-se dizer que tal pressuposto foi importante para o surgimento da Sociologia, pois colocava a sociedade num plano de análise relevante. “A Sociologia guarda a peculiaridade de pensar-se continuamente [...] com a reflexão sobre a realidade social” (Ianni, 1989, p. 10). Nesse contexto, conforme mencionado por Ianni, fica claro que como objeto que deveria ser investigado tanto por seus novos problemas intrínsecos, como por seu novo protagonismo político, já que junto a estas transformações de ordem econômica pôde-se perceber o papel ativo da sociedade e seus diversos componentes na produção e reprodução da vida social. Não é exagero afirmar que o que se distingue da percepção de que este papel seja privilégio de um Estado que se sobrepõe ao seu povo.

Contudo, é preciso ressaltar que com o surgimento da Sociologia pretende-se verificar que em parte os desenvolvimentos oriundos da Revolução Industrial, pelas novas condições de

existência por ela criadas e por diversas transformações profundas ocorridas no bojo de seu surgimento, pretende investigar esses fenômenos sociais existentes na sociedade por meio da ciência e seus métodos de investigação.

De fato, na Europa no século XIX com a institucionalização da Sociologia, e posteriormente seu ensino foi se desenvolvendo com o passar dos anos desde que Durkheim a tornou uma disciplina acadêmica, até ser ofertada na Educação Escolar brasileira. Ademais, os indivíduos devem ter plena consciência de que educação e cidadania se encontram lado a lado, já que ambas devem ser garantidas por lei como referendada e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 22 e na Constituição Federal de 1988.

2.1. Os clássicos da Sociologia e suas visões sobre educação

Reflexões sobre as especificidades atribuídas ao ensino da Sociologia no Ensino Médio são importantes e necessárias, salientando a ligação que é feita entre o ensino da disciplina e a formação crítica para que os estudantes se tornem cidadãos críticos, visto que o indivíduo deve ter consciência de seus deveres como votar, e direitos como ter acesso a uma educação de qualidade, e participar ativamente nas decisões da sociedade, como exposto na LDB e comentado por Brandão (2006, p. 64) em seu artigo 22, onde é “assegurado ao educando uma formação básica comum indispensável ao exercício da cidadania”.

O ensino da Sociologia no currículo escolar é um desafio, para que se proporcione aos educandos um espaço de aprendizagem mais prazeroso e significativo. Um espaço em que as atividades desafiem constantemente o estudante a pensar, conhecer, informar-se e criticar, construindo o seu conhecimento bem como observa Carvalho (2006, p. 35) “a partir do enfoque durkheimiano podemos entender a escola como uma das instituições primordiais para o desenvolvimento de uma consciência coletiva, necessária para o equilíbrio social”.

Nos últimos anos, a Sociologia vem ganhando importância na educação de crianças, adolescentes nas escolas públicas e particulares. Esta ascensão do ensino de Sociologia está sendo tema de conferências e discussões de Simpósio nos cursos de Sociologia das Universidades. É consenso entre educadores e educandos que a Sociologia na educação escolar abre caminho para o grande espírito crítico, para a dúvida metodológica para a imprevisibilidade da busca e da reflexão.

A Sociologia é uma ciência que surgiu no bojo de profundas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais decorrentes das Revoluções Francesa e Industrial. Diante dessas diversas transformações, reflexões sobre as análises teórico-metodológicas para

a educação dos clássicos da Sociologia de Durkheim, Marx e Weber sobre a importância da educação e o seu papel social para os indivíduos são também necessárias.

Pode-se dizer que a Sociologia Escolar é importante para a formação do indivíduo, pois com a inclusão da Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, após anos de lutas para o retorno dessas disciplinas no currículo do Ensino Médio, a partir da Lei nº 11.684/08 que alterou a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é possível reafirmar que como ciência que é, a Sociologia ajuda os estudantes a ter um olhar mais crítico perante a sociedade, na luta por seus direitos.

Então, se pensar nas teorias dos clássicos da Sociologia nos ajudam a compreender o papel da educação enquanto formação social. O mais preocupante, contudo, é constatar que a educação possa ter um papel de privilégios sociais. Não é exagero afirmar que as teorias dos clássicos são importantes para que se compreenda hoje a situação da educação escolar, pois cada um deles escreveu suas contribuições da sociedade que vivenciaram e deixaram um legado intelectual.

De forma geral, para entender o sentido das relações pedagógicas com a Sociologia por meio de diversificadas relações e contextos educacionais, com isso, é preciso se analisar algumas teorias da Sociologia como disciplina escolar e como são apresentadas por Marx, Weber e Durkheim sob a ótica de seus estudos, teorias e análises da sociedade que viveram. Assim, estudar a educação na perspectiva sociológica clássica serve como ferramenta para reflexão sobre a Sociologia Escolar.

Diante das intempéries relacionadas à educação escolar, um fator que permanece em evidência é a importância dos estudos sociológicos. As diversificadas teorias sociológicas se apresentam como importantes estudos para melhor avaliação intelectual, a ponto de apresentar diversas reflexões, desdobramentos, estudos acerca de diferentes fenômenos sociais.

A Sociologia da Educação estuda as relações entre educação, escola e sociedade, e o processo educativo como um processo humano. Para a Sociologia, a educação é um longo processo que nos humaniza quando o indivíduo se torna consciente da realidade social em que vive atuando e transformando sua realidade, e nesse contexto é necessário compreender as teorias dos clássicos da Sociologia: Durkheim, Marx e Weber sobre a educação entre outros teóricos contemporâneos.

A reflexão feita diz respeito ao ensino da Sociologia no Ensino Médio, onde se concentra a prática pedagógica docente, visto que a Sociologia é fundamental a todos os tipos de aquisição de saberes, é aberta, flexível sem se limitar a tal nível de escolaridade, porém, exige uma postura crítica e disciplina intelectual.

Em sentido abrangente, quando uma escola oferece um elemento de ensino é necessário que ela faça com que o estudante perceba que este elemento é uma nova cadeia que o levará em direção ao conhecimento mais amplo, e que este conhecimento não poderá ser visto e entregue como um elemento pragmático, ou seja, mais um conjunto de regras inibidoras de suas ações, a situação da Sociologia do Ensino Médio é complexa e encontra muitas diversidades, assim como aponta Tomazi (2007),

Alguns Estados possuem licenciados em Ciências Sociais em número suficiente para a demanda, mas não há concursos específicos ou poucos concursos para que esses licenciados sejam incorporados. Em outros, há concurso, mas não existem licenciados suficientes (Tomazi, 2007, p. 596).

Segundo Tomazi (2007), essa situação deveria ser mudada se houver maior oferta de cursos e mais formação de e para professores licenciados em Sociologia, ou Ciências Sociais, mas que as situações se diferem de estado para estado. Não obstante, fica perceptível que ainda faltam planejamento e políticas educacionais voltadas para a qualificação do professor de Sociologia no Ensino Médio na Educação Básica. Sobre a Sociologia e educação na concepção de Durkheim pode ser revisitado em Filloux (2010, p. 16-22),

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que não estão ainda maduras para a vida social [...]. É à Sociologia da Educação que incumbe, em primeiro lugar, determinar os fins da educação, referindo-os ao modelo geral elaborado por Durkheim e, segundo o qual, o funcionamento de toda sociedade deve ser analisado em termos de mecanismos de integração (vontade de “viver juntos”) e de mecanismos de regulação (submissão a normas comuns).

Conforme citado por Filloux (2010) a Sociologia é uma ciência que estuda a forma de relacionamento entre os grupos, assim como as consequências dessa relação. Seu principal objetivo é o estudo da sociedade, focalizando na educação como uma forma importante de relacionamento entre as pessoas. Essa ciência é significativa para a conscientização social e a formação do espírito crítico. É também uma forma de aperfeiçoar o conhecimento social, auxiliando os interessados a compreenderem melhor o comportamento dos grupos sociais.

A partir dessas transformações histórico-sociais, houve a necessidade de se estudar e entender os fenômenos sociais ocasionados pelo desenvolvimento intelectual do homem, pelo surgimento do capitalismo, do proletariado, de classes, do progresso (Bierstedt, *et al.*, 1981). Então a Sociologia surge diante desses intemperes ocorridos, e seu papel como ciência é o de explicação da realidade como aponta Bierstedt *et al.*, (1981), importante pensar o contexto do seu surgimento como ciência humana para se entender seu desenvolvimento.

Estudos sobre Emile Durkheim apontam que foi um grande pensador, levou a disciplina de Sociologia para a universidade e sua consolidação como ciência empírica, se tornara um dos

primeiros professores universitários da disciplina. Durkheim inspirou-se em diversos intelectuais como Kant, Auguste Comte que formulou uma teoria chamada de Física Social e baseava em princípios científicos (Comte, 1978) entre outros; esses pensadores contribuíram para formulação das teorias de Durkheim.

As instituições sociais desempenham uma função social, e a escola é importante para a coerção do indivíduo. A educação também se apresenta de forma exterior ao indivíduo, ou seja, não cabe a ele decidir ou desejar ser educado conforme os padrões estipulados pela sociedade, isso já foi definido antes mesmo do seu nascimento, tem existência própria (Atisano, 2006, p. 30). Um dos principais sociólogos que se preocupou com essa questão foi Durkheim, ele acredita que a educação está ligada diretamente a toda vida social, já que os homens foram responsáveis pela criação da escola. Assim, ele foi o primeiro sociólogo a afirmar que a escola é uma instituição fundamental para formação do indivíduo, pois a escola e a sociedade interagem e se completam. Segundo Poyer (2007) a escola é compreendida como uma das partes que compõe o processo social, pois os indivíduos se relacionam de diversas maneiras e a escola é um processo de socialização que contribuem para a formação social do ser. Para Libâneo (2001, p. 7),

Educação compreende o conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais, visando a formação do ser humano.

Dessa forma, segundo Libâneo (1998, p. 8), a educação é uma prática humana e social, e que “toda educação se dá em meio as relações sociais”, ou seja, as relações existentes de diferentes classes sociais, o processo educativo será sempre crítico, a “humanização plena implica a transformação dessas relações”.

Contudo, a educação exerce um papel fundamental nas relações sociais, servindo para provocar interesses sociais e pessoais, por exemplo, ela é vista como um fator que contribui para a transformação social como salienta Frantz (2001, p. 2) “A educação é um fenômeno complexo da existência humana”.

Será importante refletir quanto ao papel da escola, pois essa instituição poderia ajudar a formar o indivíduo e inserir as regras sociais por meio da reprodução dos hábitos e valores, para Filloux (2010, p. 15), “Através da educação, o ‘ser individual’ transforma-se em ‘ser social’”. Existem aspectos diferentes entre educação escolar e educação fora da escola, por isso, é preciso estabelecer uma relação entre elas, já que ambas englobam o processo de socialização e cultura que buscam formar membros em uma determinada sociedade.

Dessa forma, a Sociologia e o processo educacional não podem ser separados do espaço da aprendizagem, ou seja, do ambiente em que acontecem as ações do cotidiano e de suas implicações. A escola deve abrir espaço para os estudantes refletirem e analisarem sobre os acontecimentos do mundo, suas implicações e se posicionarem de forma crítica para, assim, proporcionar o desenvolvimento do educando por meio dessa disciplina.

Os professores fazem críticas à postura dos estudantes por não darem importância às aulas de Sociologia e aos conteúdos nelas apresentados. Para Mota (2005, p 104), sobre a preferência dos estudantes por outras disciplinas, tem-se como argumento: “A desvalorização da Sociologia pelos estudantes, demonstra quanto esses não se empenham nas aulas e nos trabalhos da mesma forma com que se dedicam a outras matérias”.

Ferreira (2010, p. 24) defende a adoção de uma postura política pelo professor de Sociologia.

O professor de Sociologia, enquanto pessoa que está em constante tensão política, posto que diariamente enfrente situações em que seus valores são colocados em xeque pela estrutura escolar [...] deve fazer uso de todos os mecanismos disponíveis dentro da escola para propor uma prática pedagógica politicamente mais coerente. Ao professor de Sociologia cabe o esforço de tentar sempre pensar politicamente a realidade, sem desconsiderar as desigualdades e os problemas sociais em meio aos quais ele e seus educando se encontram. (Ferreira, 2010, p. 24).

O autor deixa claro que quando abordamos o ensino de Sociologia no Ensino Médio, não podemos esquecer das possibilidades educacionais em torno do qual giram os debates sobre as definições de conceitos e das relações que se estabelecem entre as formas de aprendizagens e seus significados seja para o aluno que aprende ou o professor que transmite o conhecimento.

Dito isto, a Sociologia apresenta artefatos sociais extremamente importantes que precisam ser compreendidos e discutidos dentro da dimensão social e linguística, ou seja, na dinâmica da realidade histórica e cultural, nos diversos níveis, faixas etárias e disciplinas, a nível interdisciplinar. Conforme explicado acima, desenvolvendo atividades e conteúdos com o objetivo de ajudar os educandos a descobrirem a si mesmos o significado da vida, do mundo e as pessoas com quem se relacionam. É função da Sociologia na Educação Escolar, e especialmente se tratando do Ensino Médio, ensinar aos estudantes por meio das mais variadas estratégias a conhecer o mundo e a se posicionarem nele de forma crítica e coerente.

Ainda que para Durkheim a função da educação seria a de formar o ser social, socializar ou moralizar os indivíduos. Essa educação teria um caráter duplo, uno e múltiplo. Esse caráter múltiplo seria uma educação que prepara o indivíduo para atuar em um ambiente de divisão do trabalho, que pode variar de classe, de profissão, de região, entre outros. Enquanto o caráter

uno seria uma inculcação da consciência coletiva, visto que há uma base comum de sentimentos, pensamentos comuns a que ele deve inculcar, seria dizer que há um ideal de educado que se deseja, ou que se deseja suscitar na criança (Durkheim, 1978).

Segundo alguns apontamentos, fica o entendimento de que para Durkheim, a educação pretende instituir uma formação social, uma reprodutora de si na reconstrução de seus valores em uma dada sociedade.

Mormente, a ideia de que o pesquisador precisa colocar os seus valores na pesquisa, sua subjetividade nas análises sociológicas, Max Weber (1864-1920) teve grande contribuição para a Sociologia clássica, pois nossos valores dão norte na escolha do que queremos estudar ou pesquisar algum objeto. Dessa maneira, podemos contestar a neutralidade e objetividade de análises da realidade social.

Segundo Weber (1982), seus estudos são importantes para compreender sobre as relações de poder na sociedade que é percebida como um sistema que perpassa todos os níveis da sociedade nas relações de classe, relações cotidianas, relações entre governantes e governados. Seu método de análise é o tipo ideal, é a essência da coisa e, como método, uma maneira para entender a realidade. Já em análise da ação social, são relevantes para se compreender as relações entre as ações que os indivíduos estabelecem em relação ao outro, ou seja, ações com intencionalidades.

Diferente de Durkheim, Weber aponta que as instituições deveriam ser percebidas em suas especificidades, onde só seria possível por meio de evidências históricas que contribuiriam para o entendimento das diferenças sociais e formação do comportamento. Ademais, para Weber as normas se tornam concretas porque se manifestam em cada indivíduo sob forma de motivação (Gerth; Mills, 1982).

A Sociologia é feita de ações sociais, o indivíduo em ação e movimento. Para Weber, o indivíduo enquanto agente fundamental na organização social, as condutas individuais ganham status de objeto sociológico, a ação social deve ter atribuição social de sentido e o estabelecimento de relações entre motivos. Deve exercer ação e efeitos nas ações dos outros. Então, o Fato social se refere ao coletivo e a ação social ao indivíduo, tanto na economia e sociedade como um todo. Segundo Weber (1991, p. 13-14),

ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro (vingança por ataques anteriores, defesa contra-ataques presentes ou medidas de defesa para enfrentar ataques futuros. Os “outros” podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoa completamente desconhecidas.

Contudo, fica evidente para Weber que a ação só é social quando têm sentido e é orientada nas ações de outro indivíduo, e nossas maneiras de pensar, agir podem ser construídas pelos indivíduos, mas sofre influências da realidade cultural e historicamente construída da qual vivemos, e daí as ações serem sociais.

Assim, para instrumentalizar a compreensão humana da vida em sociedade tipifica em tipos ideais as ações sociais, como ação social com relação a fins “condições ou meios para alcançar fins próprios”; relação a valores - “crença consciente no valor”, ação social afetiva- “emocional, por afetos ou estados emocionais atuais” e tradicional - “por costume arraigado” (Weber, 1991, p. 15).

Para Viana (2004, p. 119),

Estado é uma comunidade humana que busca dentro de um determinado território, possuir o monopólio do uso legítimo da força física. Embora o uso da força física tenha existido no passado por várias instituições, na sociedade moderna o Estado visa monopolizar tal uso e isto dentro de um território delimitado e assim ele se torna a única fonte do direito de usar a violência.

Nesse aspecto, vê-se o Estado como manipulador e detentor do uso legítimo de certo tipo de dominação a qual a sociedade deve cumprir em um território, e o Estado tem pretensão de fazer o monopólio do poder como único a usar essa força se necessário para legitimá-lo, e uma ordem legítima seria pelo uso do poder, impondo suas vontades dentro das relações sociais.

Segundo as percepções de Weber sobre a educação, ela é importante para todo ser humano. Com isso, um indivíduo será autônomo e politicamente ligado à sua nação. Max Weber tenta decifrar a dinâmica da sala de aula, como são as ações e o que resulta delas, isso seriam os conflitos.

Viana (2004, p. 123) destaca que para Weber “na sociedade capitalista que a educação se desvincula do seu caráter carismático e tradicional e surge como processo cada vez mais racional, especializado e burocrático”. Notadamente, o que Weber aponta é que essas questões burocráticas perpassam diversos setores, até a educação. E que seriam a burocratização e especialização importantes para a sociedade. Uma vez que o prestígio social seria alcançado pela educação e treinamento, e ao mesmo tempo o indivíduo poderia deixar de ter uma educação tradicional para, então, ter uma educação especialista.

Contudo, Weber em suas análises sobre tipos ideais, percebia a burocracia em diversos setores, onde analisava realidades históricas e sociais, e isso serviu para suas análises sobre educação e burocratização, que devem ser melhoradas e aprofundadas. Viana (2004, p. 128) ressalta que “A educação burocrática é apontada por Weber como produto do progresso técnico

e da racionalização da sociedade moderna”. Essa burocracia se aperfeiçoa no Capitalismo e vai desumanizando cada vez mais o indivíduo, que não é compreendido em sua totalidade.

A saber, Karl Marx se dedicou à Filosofia, Economia e Política. Sua intenção era superar a sociedade capitalista onde pudesse influenciar todas as áreas da vida humana, tendo diversas correntes de pensadores como influências nas suas obras como Henrique de Saint - Simon, Charles Fourier, Robert Owen, Friedrich Hegel, dentre outros (Silva, 2006).

Assim, Marx sintetizou diversas teorias e pensamentos onde foram originadas suas ideias como o Marxismo que segundo os autores Silva e Carvalho (2006, p. 41-42)

a característica central de qualquer sociedade está no modo de produção (primitivo, escravista, feudal ou capitalista), que varia com a História e determina as relações sociais. As formas que as sociedades adquiriram ao longo do tempo seriam consequência dos diferentes processos produtivos, e as transformações que levaram às mudanças sociais seriam o resultado do conflito entre os interesses das diferentes classes sociais.

Diversas opiniões sobre o assunto devem ser levantadas a despeito das críticas que surgiram do capitalismo, sejam em relação a sociedade de classes, o que se poderia esperar é e que as pessoas sejam iguais em uma sociedade ausente de relações de dominação (Marx; Engels, 2011, p. 7).

Para Marx as sociedades capitalistas se interessam pela concentração de capital onde burgueses são os proprietários dos meios de produção, os proletariados vendem sua força de trabalho em troca de um salário, seria dizer que há um antagonismo de classes, o burguês e o proletariado alienado e dominado pelo burguês.

Quando se pensa em um modelo ideal de sociedade, como uma utopia onde não haveria conflitos e sim uma sociedade perfeita, igualitária e justa para todos, onde não haveria uma divisão de classes e exploração do homem, e cada indivíduo contribuiria de acordo com as suas capacidades (Silva, 2006).

Diversos problemas decorrentes do século XX advindos das revoluções Burguesas e Industrial, para os socialistas utópicos, deveria se construir modelos onde a educação seria prioritária, com base nas faltas de atenção das questões sociais e para as pessoas do campo que se sujeitavam as péssimas condições de trabalho seja para crianças e mulheres, e então a partir desse contexto a educação deveria ser uma condição principal para possíveis mudanças.

Assim, os socialistas utópicos já alertaram para o ensino e instrução como formas de emancipação do indivíduo (Marx; Engels, 2011). Destarte,

A emancipação dos indivíduos, sua libertação das condições opressoras só poderia se dar quando tal emancipação alcançasse todos os níveis, e, entre eles, o da consciência. Somente a educação, a ciência e a extensão do

conhecimento, o desenvolvimento da razão, pode conseguir tal objetivo (Marx; Engels, 2011, p. 8).

A divisão do trabalho e implantação do modelo capitalista de produção se tornam elemento para as análises de Marx e Engels sobre educação. Partido desses pensamentos, existe divisão entre as diversas atividades os diversos tipos de atividades, e aprendizagens, o que causa uma divisão social e técnica, e com isso irá interferir no desenvolvimento do indivíduo e sua exploração. (Marx; Engels, 2011).

Em relação à contribuição marxista para a educação “pela necessidade de uma ação política que se aproxime das classes trabalhadoras,” se “afirma a importância da escola como campo de disputa ideológica e instrumento de manutenção ou transformação hegemônica” (Carvalho, 2006, p. 48).

Na medida em que o homem deve ser pensado nesse sentido, que é determinado historicamente por suas relações com a natureza e com outros homens, se tornando um ser social, onde o trabalho seria o motor da humanidade, da liberdade de o homem criar e transformar a sua realidade.

Como aponta Carvalho (2006, p. 49-50) segundo Marx, há uma preocupação de Marx e Engels em pensar qual seria o papel da educação, seria humanista, mesmo de encontro ao sistema capitalista. Marx e Engels não formularam uma sistematização sobre educação, é possível perceber em seus escritos, que pretendiam desenvolver uma visão crítica sobre os limites da educação na sociedade contemporânea, voltada às reproduções das condições sociais já existentes.

Contudo, na questão da humanização, Marx e Engels (2011), que por meio da educação, da práxis social se formaria um homem novo e consciente por meio das suas potencialidades históricas, o que seria dizer que o homem constrói a humanização aliando a escola, trabalho e a práxis social e participando de maneira crítica e consciente, e nesse sentido, Marx é otimista no papel da educação.

É função da Sociologia na Educação Escolar, especialmente se tratando do Ensino Médio, ensinar aos estudantes por meio das mais variadas estratégias o conhecimento de mundo e posicionar-se nele de forma crítica e coerente, a partir das diversas teorias Sociológicas clássicas como Durkheim, Weber e Marx, e também sob viés dos pensadores contemporâneos.

2.2. A Sociologia no Ensino Médio

Em relação à intermitência da Sociologia no Ensino Médio, considera-se que as idas e vindas da Sociologia no Ensino Médio referem-se às flutuações na presença e importância atribuída à disciplina nos currículos escolares desse nível de ensino ao longo do tempo e isso resulta em inclusões e exclusões na carga horária desse conteúdo, sejam mudanças curriculares, políticas que resultam em inclusão, alteração na carga horária e no status da Sociologia. Segundo Bodart *et al.*, 2020, p.230).

a Lei Federal 11.684/2008, que reintroduziu a Sociologia no currículo obrigatório da escola básica a nível nacional, foi importante para fortalecer a presença da disciplina nos currículos estaduais e efetivá-las nas escolas.

Ainda que a escola seja uma instituição de socialização como se verifica em Durkheim a partir de uma visão de sociedade harmônica, para Enguita (2008, p. 193-191),

a conexão entre a socialização escolar e as demandas sociais baseia-se sobretudo na adequação da conduta às necessidades das instituições do mundo do trabalho [...] A escola exerce um importante papel [...] as relações sociais em seu interior preparam os indivíduos para aceitar e incorporar-se sem muitas fricções as relações de produção ou, mais exatamente, as relações ou ao processo de trabalho dominantes.

De fato, vemos a sociedade dividida em classes, de um lado a classe baixa que vê na educação, a escola como uma forma de ascensão social, de melhorias de suas condições sociais, econômicas, cultural, e também vemos uma classe dominante que vê na educação uma forma de atender seus interesses burgueses de dominação e atender suas perspectivas mercadológicas capitalistas, que estão relacionadas ao mercado de trabalho. Assim esses indivíduos inseridos nesse contexto como a classe social desprivilegiada, estão à mercê de um grupo minoritário dominante.

Por outro lado, a educação escolar pode ser pensada como uma construção de toda sociedade. “A educação escolar representa, pois, em relação à educação extraescolar, a forma mais desenvolvida, mais avançada” (Saviani, 2016, p. 61).

Pode-se dizer que desde que se constituiu como saber científico, no século XIX, a Sociologia vem contribuindo para conhecimento e estruturação da sociedade e como ocorrem as relações sociais. Fica claro que o objetivo da Sociologia é conhecer e explicar a dinâmica das relações sociais, que se estabelecem no interior dos grupos e as maneiras pelas quais interagem entre si.

Contudo, o educando precisa desenvolver uma consciência de que toda sociedade é uma construção histórica e não uma fatalidade regida por leis naturais. Não é exagero afirmar que,

pode ser construída segundo as necessidades dos grupos e sujeitos sociais. Nesse processo, o estudante de Sociologia no Ensino Médio deve interpretar o mundo, isso porque necessita sentir-se capaz de transformá-lo ou de percebê-lo como passível de transformação. Para Libâneo (1998), a escola ajuda os estudantes a sistematizarem os conhecimentos apreendidos.

O educando deve ser estimulado a pensar, a descobrir de forma ativa, haja vista que, o professor também deve ser criativo, compreender a proposta sociológica educacional, saber operacionalizá-la em sala de aula por meio do diálogo investigativo, levando os estudantes ao conhecimento de si mesmo, onde o conteúdo das discussões dessa disciplina deve ser tirado da vida cotidiana e, na sua análise radical, deve questionar o modo de vida de cada um e da própria sociedade (Libâneo,1998).

Conforme Durkheim (1895), devemos ver por meio das ciências um tipo de conhecimento que se possa comprovar, e não o senso comum, para que se faça algum sentido das coisas, o importante é que haja ensino e aprendizagem; e, para tal, é preciso que os estudantes sejam estimulados. Dessa forma, a educação se daria diante da informalidade e da formalidade no contexto escolar.

O pensador Emile Durkheim deixa seu legado em estudos sobre educação e Sociologia. Foi um dos primeiros sociólogos a estudá-la e a desenvolvê-la como uma nova ciência da educação, pois especifica a estrutura, o formato e vários outros aspectos da sua Metodologia e sua essência no que se refere a Sociologia educacional, mostrando que a educação é processo de socialização, ou seja, social e como socializadora da criança, e seu objetivo de preparar os jovens para conviver em sociedade.

Nesse contexto, como o mundo está em constantes mudanças no trabalho, cultura, social, político e na economia, estão surgindo novas expectativas educacionais. Assim sendo, Marx e Engels fazem uma crítica ao sistema capitalista em seus manuais escritos que tratam sobre a educação, cujas decorrentes das divisões do trabalho, ou seja, seria o tema tratado pelos autores fazendo referência a educação da classe operária “[...] A relação entre a divisão do trabalho e a educação e o ensino não é uma mera proximidade” (Marx e Engels, 2011, p. 16).

A Sociologia Escolar no Ensino Médio de faz presente por integrar a Sociologia, aborda temas, conceitos dos autores clássicos e contemporâneos que nos ajudam a entender as dinâmicas sociais, as transformações culturais, sociais, políticas, econômicas, dentre outras na sociedade a qual estamos inseridos.

É importante considerar que a sociedade se encontra em constantes mudanças no tempo e espaço. A escola se faz importante nesse processo e a Sociologia como ciência, se tornara

importante instrumento para se pensar, desnaturalizar os diversos fenômenos sociais presentes nas diversificadas sociedades. Desse modo,

Sociologia Escolar [...] deve ser aquela que promova nos alunos o desenvolvimento do estranhamento, da desnaturalização e uma compressão mínima das relações sociais, ou seja, o desenvolvimento de uma percepção racional dos fenômenos sociais. [...] o Ensino de Sociologia deve buscar conduzir os alunos a compreensão de que suas biografias individuais estão entrelaçadas as biografias dos demais sujeitos (Bodart, Magalhães *et al.*, 2018, p. 14).

A Sociologia deve ser uma disciplina que desperte o interesse dos educandos, que desnaturalize os fenômenos sociais, desperte seu olhar diante dos diversos problemas sociais existentes na sociedade. Dessa forma, a Sociologia como disciplina autônoma deve lhe servir de norte para que esses sujeitos tenham um olhar diferente diante da sociedade e suas dinâmicas sociais no sentido de que a transforme, modifique e acima de tudo a compreenda.

Portanto, destaca-se, nessa perspectiva, que a cidadania definida como direitos e deveres remete à concepção evidenciada na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, que estabelece “educação, direito de todos, e dever do Estado e da família”, como percebido na CF e na LDB, que deverá ser garantida pelo estado, bem como a família tem um papel importante nesse processo. Todas as pessoas têm direito a educação, garantida para que o indivíduo consiga se desenvolver e exerça sua cidadania e seja qualificado para o trabalho (BRASIL, 1988).

Por todas as razões citadas, espera-se que os educandos se apropriem dessa disciplina, a Sociologia. E compreenda a sociedade por meio de seus diversos teóricos clássicos e contemporâneos, os diversos conceitos e categorias e também por estudos que essa ciência produz para compreensão da sociedade como um todo, e assim ser capaz de realizar uma leitura apurada de sua realidade.

2.3. Alguns Documentos sobre o Novo Ensino Médio

O recorte temático desta pesquisa procura entender quais os impactos do Livro Didático no ensino de Sociologia no Novo Ensino Médio.

Dessa forma, os documentos oficiais que serão analisados para que haja melhor compreensão sobre a educação e para nortear o trabalho, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que orienta como a educação dever ser no país, e que sofreu alterações a partir da Lei 13.415/2017 no Ensino Médio. Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular que traz informações sobre como a Educação

Básica deve ser comum a todos os currículos e também as competências e habilidades que os estudantes precisam desenvolver nos estudos.

Já o Currículo Referência de Minas Gerais, traz os planos de curso das áreas do conhecimento e as habilidades que devem ser trabalhadas pelo professor com seus educandos. A Matriz Curricular explica quais Componentes, Eletivas e Itinerários formativos os estudantes deverão estudar no Novo Ensino Médio.

2.4. A Lei 13.415 de 2017

A Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, alterou a LDBN e apresentou uma nova perspectiva sobre o Ensino Médio na Educação Básica no país, sendo aprovada pelo então presidente da república Michel Temer, no ano de 2017. Essa nova Lei traz diversas alterações para a Educação Básica brasileira. De acordo com o documento sobre o Novo Ensino Médio, deve assegurar sua função formativa por uma educação de qualidade atendendo os jovens e adultos (Brasil, 2017).

De acordo com a Lei 13.415/20, pode-se dizer que com a implantação do NEM, a carga horária anual dos estudantes é alternada a partir do ano de 2022, antes era de 800 horas anuais e passa a ser de 1.000 horas (Brasil, 2017). Traz também uma flexibilidade para que o estudante escolha os Itinerários formativos de seu interesse baseado em seu Projeto de vida. O mais preocupante, contudo, é constatar que diversas mudanças são necessárias para que seja possível esse novo currículo. Faz-se necessário um contexto de flexibilização para essa implantação curricular, onde cada estado deve fazer adaptações conforme suas necessidades e contextos.

É interessante, aliás, verificar a formação do NEM e suas premissas apontam que os jovens em seu processo educacional consigam desenvolver a capacidade escolar e resolução de problemas sociais, mas há um fator que se sobrepõe; é que esses requisitos foram impostos aos estudantes com a reforma do Novo Ensino Médio no Brasil obrigatórios a partir do ano de 2022.

Na Lei 13.145/2017, encontra-se alguns pontos importantes em seu texto como, a ampliação progressiva da carga horária de no mínimo 1.000 horas e sua implementação vem acontecendo de maneira gradual e a partir de 2022 se torna obrigatória como consta no referido documento (Brasil, 2017).

Além dessa ampliação de horas encontram - se os Itinerários formativos instituídos por essa nova Lei; I Linguagens e suas Tecnologias, II Matemática e suas Tecnologias, III Ciência da Natureza e suas Tecnologias, IV Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, V Formação Técnica e Profissional. Suas organizações devem ser ofertadas pelos estados por meio de um

currículo estruturado e organizado a depender da localidade, região e contextos diversos dos educandos. De fato, constata-se que a Lei da Reforma do NEM foi criada num contexto político, económico e social, e aprovada pelo presidente Michel Temer. Nesse contexto fica claro que, o NEM como aponta Ferrete (2018, p. 26),

à reforma curricular tem por objetivo tornar o currículo mais flexível, para, dessa forma, melhor atender os interesses dos alunos do Ensino Médio. Apoia-se, para tal, em duas justificativas: a baixa qualidade do Ensino Médio ofertado no país; a necessidade de torná-lo atrativo aos alunos, em face dos índices de abandono e de reprovação.

Nas concepções de Ferrete (2018) preocupa que as escolas devem organizar seus currículos na tentativa de aproximar a realidade de seus educandos ao mundo flexível e vivências na sociedade. Isso, porque o mundo atual exige novas demandas ao mundo do trabalho. Importante e necessário pensar sobre o verdadeiro interesse dessa reforma educacional, pois os baixos índices educacionais devem ser analisados não somente no Ensino Médio, como também no Ensino Fundamental, etapa que antecede o EM. Outros aspectos como infraestrutura, formação, valorização do professor, entre outros devem ser levados em conta.

Atribui-se com a reforma do Novo Ensino Médio, por exemplo, mudanças no sentido que os jovens sejam protagonistas, autônomos, solidários e tenham seu Projeto de vida e com certa razão, já que deverão atender demandas diversas que o mercado de trabalho exige no século XXI. Por isso, o NEM traz em seu documento as competências e habilidades que o educando deve adquirir nessa etapa do Ensino Médio e também as disciplinas da formação geral básica e itinerários formativos.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho apontam para uma nova forma de relação entre ciência e trabalho, na qual as formas de fazer – determinadas com base em processos técnicos simplificados, restritos geralmente a uma área do conhecimento, transparentes e, portanto, facilmente identificáveis e estáveis – passam a ser substituídas por ações que articulem conhecimento científico, capacidades cognitivas superiores e capacidade de intervenção crítica e criativa perante situações não previstas, que exigem soluções rápidas, originais e teoricamente fundamentadas, para responder ao caráter dinâmico, complexo, interdisciplinar e opaco que caracteriza a tecnologia na contemporaneidade (Kuenzer, 2000, p. 18-19).

Kuenzer (2000) deixa claro que com as mudanças perceptíveis do mundo, a educação dos jovens deve contemplar diversas habilidades e competências, para sua formação humana e para o trabalho. Nesse sentido, o estudante deve ter um conhecimento para a vida que, segundo Kuenzer (2000),

articule as finalidades de educação para a cidadania e para o trabalho com base em uma concepção de formação humana [...] princípio a construção da

autonomia intelectual e ética [...] Compreendida dessa forma, a formação humana para a vida social e produtiva” (Kuenzer, 2000, p. 19).

Com a necessidade de formar estudantes mais flexíveis, competentes para atuar no mercado de trabalho, as empresas exigem novas demandas, a escola não poderia ser diferente no sentido de atender esse novo modelo flexível (Ferreti, 2018). A Lei 13.415 pode ser interpretada nesse sentido, “como uma ação e proposição de afirmação da busca de hegemonia, no campo educacional, pelos setores da burguesia da sociedade capitalista brasileira” (Ferreti, p. 34. 2018).

A Associação Brasileira de Ciências Sociais (ABECS) apresentou no mesmo ano de reforma do Ensino Médio uma carta aberta pela revogação da reforma do Ensino Médio, pois tal lei foi alterada por meio de uma Medida Provisória MP 746/2016, no governo Temer que “em vez de integrar, desintegra” e que segundo o documento,

o governo Temer justificou a medida com três objetivos que seriam alcançados pela Reforma: 1) tornar o Ensino Médio mais atrativo aos jovens, permitindo que estes possam escolher itinerários formativos diferenciados; 2) ampliar a oferta de ensino em tempo integral; e 3) aumentar o aspecto profissionalizante do Ensino Médio (ABECS, 2017).

No entanto, a ABECS cita alguns fatores importantes e que foram negligenciados nessa nova lei da reforma do EM, e que seria um retrocesso no que se refere a conquista de direitos dos cidadãos quanto ao acesso à uma educação pública de qualidade. Pois,

a Reforma está serviço de um projeto autoritário de desmonte do Direito à Educação como preconizado na Constituição de 1988, pois:

- 1) Fragiliza o conceito de Ensino Médio como parte da Educação Básica, assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na medida em que esta etapa deixa de ser uma formação geral para todos;
- 2) Amplia a adoção do modelo de Ensino Médio em Tempo Integral sem assegurar investimentos suficientes para garantir condições de acesso e permanência dos estudantes, excluindo das escolas de jornada ampliada estudantes trabalhadores e aqueles de nível socioeconômico mais baixo, bem como estimulando o fechamento de classes do período noturno e da EJA;
- 3) Induz jovens de escolas públicas a cursarem itinerários de qualificação profissional de baixa complexidade e ofertados de maneira precária em escolas sem infraestrutura;
- 4) Coloca em risco o modelo de Ensino Médio público mais bem-sucedido e democrático do país: o Ensino Médio Integrado praticado pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- 5) Aumenta consideravelmente o número de componentes curriculares e acentua a fragmentação;
- 6) Desregulamenta a profissão docente;
- 7) Amplia e acentua o processo de desescolarização no país, terceirizando partes da formação escolar para agentes exógenos ao sistema educacional;
- 8) Compromete a qualidade do ensino público por meio da oferta massiva de Educação a Distância (EAD);
- 9) Segmenta e aprofunda as desigualdades educacionais;
- 10) Delega aos sistemas de ensino as formas e até a opção pelo cumprimento dos objetivos, tornando ainda mais distante a consolidação de um Sistema Nacional de Educação (ABECS, 2017).

Podemos imaginar que a educação deveria atender a todos indivíduos de forma igualitária, humanizada e democrática. Nesse sentido, faz-se necessário reflexões da verdadeira natureza da relação entre trabalho e educação em sentido amplo. Segundo aponta Saviani (2007) sobre o sentido ontológico-histórico “o ser do homem, e, portanto, o ser do trabalho, é histórico”, essa relação entre trabalho e educação, impõe-se reconhecer e buscar compreender como se produziu, historicamente, a separação entre trabalho e educação” (Saviani, 2007, p. 152).

Saviani (2007) reconhece que as relações entre o trabalho e educação são essenciais para o homem, pois o mesmo trabalha e educa, já que o homem é um ser racional e assume seu caráter humano, assim transforma a natureza de acordo a suas necessidades “sua essência é o trabalho [...] produzida pelos próprios homens [...] nas contradições de seu movimento real” (Saviani,2007, p. 154).

a produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem[...]os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção da existência e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações. [...]Estão aí os fundamentos histórico-ontológicos da relação trabalho- educação. Fundamentos históricos porque referidos a um processo produzido e desenvolvido ao longo do tempo pela ação dos próprios homens. Fundamentos ontológicos porque o produto dessa ação, o resultado desse processo, é o próprio ser dos homens (Saviani, 2007, p. 154-155).

As atuais configurações relacionadas ao trabalho vêm mudando a educação, sendo assim:

as novas relações sociais de produção [...] destacar que o fenômeno da precarização não é recente [...] no capitalismo, o ser humano é alienado de si mesmo no e pelo trabalho posto que este passa a ser objeto de exploração e manipulação pela classe burguesa na sua dimensão abstrata[...] relações e condições de trabalho tornam-se precarizadas, o novo momento da acumulação capitalista ancora-se no trabalho com maiores exigências de escolaridade e qualificação, dado o patamar em que se encontra a divisão sócio-técnica do trabalho mediante a difusão das inovações tecnológicas de matriz flexível e informacional (Previtali *et al.*, 2020, p. 225-226).

Desse modo, podemos perceber que as relações trabalho e educação se tornam fatores importantes e estão interligados. Por um lado, o trabalho ocupa lugar de divisor de classes e a educação não é mera reprodutora das ideologias da elite intelectual. Por outro, a classe dominada se encontra à disposição e sua formação será no e para o trabalho cada vez mais qualificado, especializado, mas com inseguranças e precariedades, uberizações, empregos informais, para atender os anseios da classe burguesa, ao passo que, para a classe trabalhadora

(baixa) pode dificultar “o reconhecimento de uma identidade de classe e contribui para a desmobilização coletiva de formas de resistência, ao mesmo tempo em que aflora sentimentos de “naturalização” da precarização das condições trabalho e de vida (Previtali, *et al.*, 2020, p. 226).

As contribuições de Saviani a partir do “[...] desenvolvimento da sociedade de classes feudal [...] consumaram a separação entre educação e trabalho [...] que permitiu a organização da escola como um espaço separado da produção [...] após o surgimento da escola, a relação entre trabalho e educação também assume uma dupla identidade [...] uma educação que se realizava concomitantemente ao próprio processo de trabalho. Por outro lado, passamos a ter a educação de tipo escolar destinada à educação para o trabalho intelectual (Saviani, 2007, p. 157).

Nesse sentido, para Kuenzer “a aprendizagem flexível surge como uma das expressões do projeto pedagógico da acumulação flexível, cuja lógica continua sendo a distribuição desigual do conhecimento, porém com uma forma diferenciada” (Kuenzer, 2017, p. 338). Isso elencaria uma educação mais flexível e sem rigidez, dentro dos moldes da desigualdade social.

Segundo Saviani (2007) a educação é um ato político, determinada pelas características básicas que está inserida, e ao mesmo tempo a educação serve aos interesses das classes dominantes, e o professor se posiciona na perspectiva da classe dominante ou dominada. Ainda assim, Saviani (2012) aponta que “é o trabalho que define a essência humana. [...] referência ontológica para se compreender e reconhecer a educação como formação humana, se forma no e pelo trabalho” (SAVIANI, 2012, p, 132).

Verifica-se na explicação acima, o entendimento sobre a relação trabalho e educação, são marcados pelas relações sociais, onde há os grandes empresários dentro de uma classe alta definidoras de um currículo para atender seus anseios, ao passo que o professor deve trabalhar a partir de sua formação baseada em uma perspectiva de classe, afinal, trata-se de um processo histórico desigual. Então, seus ensinamentos seguem sua formação acadêmica determinada por um currículo elaborado para atender tais propostas pedagógicas vigentes.

Saviani (2012) deixa claro que essas condições são determinadas e determinantes por objetivos de uma classe que domina. No entanto, é necessário à classe trabalhadora em sua concepção de uma formação subjetiva, desconstruir as amarras que a aprisionam em um contexto ideológico, marcado pelas desigualdades, e como sugere Mészáros (2008), a educação deve superar o capital, onde a educação que está inserida dentro desse sistema, que deveria reforçar suas bases. Assim, determinar seu o modo de vida e superação onde prevalecem os interesses do capital.

Segundo Frigotto (2010), avaliar este processo histórico ajuda a entender toda a trajetória da relação entre trabalho e educação no país. Compreender as relações que essas categorias trazem no ponto de vista econômico, isso é um fator muito importante que resultaria na redução da educação a uma mera forma de gerar capital humano, e que se daria com um novo modelo, estilo eficaz, diferenciá-la das demais. Mas que na verdade seria apenas um modelo usado antes, e agora estaria trocado por um novo. Porém se olharmos com atenção, podemos estar vivenciando o que Frigotto chama de neo-capital humano. De acordo com Frigotto (2010, p. 5-6),

a educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais [...] constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo da disputa hegemônica. Esta disputa dá-se na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola e, mais amplamente, nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de classe. [...] o complexo sistema educacional da sociedade é em que se tomam as mudanças tecnológicas e “das formas da também responsável pela produção e reprodução da estrutura sociabilidade capitalista” - reais e profundas.

Conforme citado, o neoliberalismo afeta todos os campos, incluindo a educação pelo fato de seu sistema capitalista ser a ideia do lucro. Neste contexto, fica claro que a educação se faz como um campo ideológico de disputas. O mais preocupante, contudo, é constatar que a educação vem sendo manipulada pelo capitalismo. Não é exagero afirmar que o autor deixa claro que com um novo modelo de materialismo superaria essas crises em todo esse processo, ocorreu que no país esse capital humano foi incorporado, como uma peça em uma das partes do processo.

Desse modo, preocupa o fato de que a educação é percebida em uma dualidade, de um lado o ensino intelectual para a elite que estão em altos postos de comando, e por outro lado para os trabalhadores que aprendem o básico para produção de bens. Assim, sobre as fases do capitalismo, Enguita (2008, p. 27) esclarece que

em primeiro lugar, privar-lhes de quaisquer outras possibilidades de subsistência. [...] Em segundo lugar, a organização do trabalho que hoje conhecemos é o resultado de uma longa cadeia de conflitos globais, setor por setor indústria por indústria, fábrica por fábrica e oficina por oficina, entre os patrões e os trabalhadores. [...] Em terceiro lugar, foi necessária uma profunda revolução cultural. [...] Em quarto lugar, foi necessária uma sistemática política repressiva dirigida contra os que se negavam a aceitar as novas relações sociais [...] em quinto e último lugar, foi preciso assegurar os mecanismos institucionais para que cada novo indivíduo pudesse inserir-se nas novas relações de produção de forma não conflitiva.

É certo que o capitalismo transformou os indivíduos e a sociedade de diversas maneiras. Trata-se inegavelmente de que a história do homem vem sendo modificada e moldada em

diversos contextos sociais, políticos, culturais, econômicos, seria um erro, porém, atribuir que esse homem poderia ser independente do sistema.

Reveste-se de particular importância a luta e superação das classes por uma sociedade democrática e igualitária. Sob essa ótica, ganha particular relevância a “um problema aberto o de determinar até que ponto um sistema social baseado na propriedade coletiva dos meios de produção pode ser capaz de elevar a produtividade do trabalho” (Enguita, 2008, p, 63).

O livro de Frigotto (2010), bastante complexo, pois especifica a crise real do capital e a relação com a educação brasileira, sobre a questão do neoliberalismo disfarçado de novo, mas que foi reformulado, perpassa as questões do capital humano, e de como deveria superá-lo; e a educação que se estabeleceu como forma de capital humano a serviço do capitalismo dominante.

Nesse contexto, fica claro que Enguita (2008) aborda questões sobre as transformações do trabalho, conflitos do processo de produção e como ele transformou a vida dos indivíduos, seu mal-estar que não é superado, a ausência de oportunidades para as pessoas que se culpabilizam pelos seus fracassos.

Aponta em seus escritos sobre a questão do trabalho e a educação e seu desenvolvimento institucional no campo do Capitalismo, fazendo uma abordagem histórica do tema, e como a classe dominante fazia uso da educação voltado para o mercado de trabalho, principalmente para a classe dominada. Como por exemplo, as crianças e adultos “poder ser modelada desde o princípio de acordo com as necessidades da nova ordem capitalista e industrial, com as novas relações de produção e os novos processos de trabalho” (Enguita, 2008, p. 113).

A luta por uma educação de qualidade deve ser, libertadora, igualitária e democrática, sendo mister afirmar que diante de tal cenário “a privatização do conhecimento é, ao mesmo tempo, uma forma de aumentar a polarização da riqueza social e do poder e uma ameaça à própria espécie humana”. (Frigotto, 2008, p. 36).

Parece óbvio que há uma separação entre a formação educacional da classe trabalhadora e da elite, mas não somente há uma luta constante em reconhecimento por seu papel na sociedade e liberdade e uma educação de qualidade para os menos favorecidos financeiramente. Sob o ponto de vista desse chamado neoliberalismo, que enfatiza as formas individuais do sujeito ter sucesso, relações de trabalho individual, que são novas formas de exploração e obtenção de lucros que também atingem os setores educacionais.

Afinal, disputas por formas de dominação ideológicas de indivíduos que estão presentes na educação, essas questões são, contudo, obviamente ligadas a quem está no poder ou exerce uma categoria de chefia, entre outros. Mas nesse caso, o que estaria acontecendo na verdade é

que o indivíduo dentro do Capitalismo vê na questão do trabalho uma luta constante de sua subsistência em troca de um salário, e que se entrelaçam nas relações de poder e hegemonias presentes em seu contexto econômico, político e social.

Para compreender o neoliberalismo e sua forma arraigada na categoria educação, Hill (2003) aponta que os estados capitalistas necessitam enxugar os gastos, o Capitalismo deseja mais lucros, e aponta que a educação passa por processo de mudanças com a chamada reestruturação no mundo com reificações do indivíduo, as privatizações, são influenciados pelos Estados Unidos e aliados.

E assim, o Capitalismo crescente e desumanizador que vê a obtenção de lucro recria um cenário educacional voltado para formar seres alienados e alienantes para atender o capital dominante.

como se encaixa a educação no programa neoliberal? [...] Os professores são perigosos porque eles estão intimamente ligados à produção social da força de trabalho, fornecendo aos estudantes técnicas, competências, habilidades, conhecimentos e atitudes e qualidades pessoais que podem ser expressas e utilizadas no processo de trabalho capitalista. Os professores são os guardiões da qualidade da força de trabalho! Este potencial, este poder latente que têm os professores é a razão pela qual os representantes do Estado perdem o sono preocupando-se sobre seu papel em assegurar que os futuros trabalhadores sejam entregues aos locais de trabalho pelo capital nacional e que disponham da mais alta qualidade possível. (HILL, 2003, p. 27).

De acordo com Hill (2003), os professores são transformadores de opiniões, ajudam o estudante em sua formação social, para o trabalho. Neste contexto, fica claro que tem papel fundamental nessa formação de competências e habilidades. O mais preocupante, contudo, é constatar que o professor é vigiado pelo Estado por suas ações pedagógicas e transformadoras sobre processo de trabalho.

Não é exagero afirmar que há uma necessidade de certo rigor e controle para que o professor forme sujeitos que desempenhem bem seu trabalho, em todo esse processo. O autor deixa claro que haverá controle ideológico para que esse professor não inculque o verdadeiro sentido do trabalho com consciência e visão crítica. Preocupa o fato de que os currículos e formações de professores são controlados pelo Estado, isso porque o mesmo que ter o controle do indivíduo, e sua regulação em relação a pedagogia que se restringe a medir o desempenho de seus estudantes.

A questão do neoliberalismo no Brasil mostra que a educação deve seguir caminhos diversos para se atingir as metas eficazes de qualidade, e para isso os setores produtivos pretendem se aproveitar da situação alegando baixa qualidade educacional que se encontra no país, e que a qualidade do ensino seria atingiria com modelo de gestão privatizado.

De acordo com Freitas (2016, p. 141), “a privatização é a destinação final das políticas dos reformadores empresariais, pois advém da crença de que a melhoria da qualidade educacional se dá pela concorrência em mercado aberto, tal como no interior dos negócios”.

Conforme o estudo de Hill (2003), mudanças sociais, desigualdades, a relação com o Capitalismo neoliberal transformou a educação com seu projeto de que a educação necessita ser privatizada para que haja uma melhoria na qualidade para, assim, atender a demanda de outros países.

Trata-se inegavelmente de que essas novas políticas neoliberais retiram direitos de indivíduos e perda de sua verdadeira forma democrática, apresenta uma crítica neoliberal na política educacional e a mercantilização e de como a transformou, e como o capital e exploração global limitam as resistências e se aproveitam da classe trabalhadora.

Porém, Hill (2003) faz um apelo à classe de trabalhadores da educação na luta por igualdade econômica e social. Assim, reveste-se de particular importância os escritos de Freitas (2016, p. 150), quando aponta em seu estudo e questiona um pensamento de “um mesmo tamanho serve para todos “que em seu ponto de vista está se instalando no Brasil, e a avaliação seria uma maneira de pressionar os profissionais da educação, a questão da boa educação e de como a macropolítico interfere na micropolítica. Sob essa ótica, Freitas faz uma crítica sobre a reforma empresarial da educação que vem aos poucos sendo implementado, e de forma a valorizar o professor pelo sucesso ou insucesso do processo educacional.

Fica claro que para Freitas (2016, p. 150), a questão da avaliação de estudantes é desigual, mas que são realizadas para que o discurso para se ampliar a formação humana se amplie. Fica evidente para o autor que a micropolítica em que a escola está inserida vai se desenvolver acordo com a macropolítica instaurada pelas secretarias, governos e que afetam a todos e “quanto mais cedo corrigirmos essa rota, mais rápido estaremos nos aproximando de uma real melhoria da qualidade da educação” (Freitas, 2016, p. 150).

A exemplo, Hill (2003, p. 34) expõe que as escolas são reprodutoras das ideologias dominantes e atendem aos interesses do capital, onde as empresas a fazem como negócios. Assim fica evidente que para Freitas e Hill, a escola serve para empresas privadas se apropriarem no chamado neoliberalismo, e com a falácia de melhoria educacional amplia suas ideologias nesse campo. Como salienta (Newman e Clarke, 2012, p. 354) essa “[...] nova gestão pública tornou-se um elemento-chave desta lógica global e globalizante”.

Dessa forma, faz-se necessário refletir sobre a nova forma de gerencialismo. “O gerencialismo como ideologia [...] ethos de negócios do setor privado no estado e no setor

público [...] novas lógicas de tomada de decisão que privilegiavam economia e eficiência acima de outros valores públicos” (Newman e Clarke, 2012, p. 358).

É importante considerar que as novas formas de gestão pública, e escola, tenta desconstruir e consolidar a perspectiva neoliberal reformulada nos conteúdos e na existência, entre o público e a questão pública, o Estado social quem regula o momento da acumulação.

Pertinente trazer essa Nova Gestão Pública que vai desconstruir a noção de direito e introduzir a noção de consumidor de serviço, dessa maneira cria -se um novo sujeito social está sendo formado, a escola vai se tornando um setor de flexibilização e então se dá em uma ênfase no controle e na sua mercantilização da educação, sua financeirização, tanto na rede privada e pública a educação vai sendo remodeladas. (Newman e Clarke, 2012).

Parece óbvio que nesse crescente modelo capitalista neoliberal, a escola se torna alvo de disputas ideológicas e de dominação. Seja de uma forma reformulada na gestão educacional que possa atender aos preceitos da classe dominante e modelos externos que se adaptem em suas formas neoliberais que modelam o indivíduo para que o mesmo possa se tornar um trabalhador qualificado e que produza bens, acontece uma disputa na privatização de escolas com a resenha de que se encontram com baixa qualidade educacional.

A nova gestão da coisa pública se disfarça de gerencialismo, com metas, economia do Estado mais barato e eficiente, abre espaço para a terceirização da educação abre espaço para a privatização, e com discurso de melhorias na educação, e vai se tornando flexível e assim vai surgindo uma nova racionalidade, onde a escola é reformulada pela lógica do privado, flexibiliza a escola pública em casa, vausher.

Assim, surge uma nova subjetividade que ganha espaço na escola, a nova lógica do capital, e com isso cria-se tensão de performatividade onde o desempenho do sujeito entra em contradição, a reprofissionalização contra a profissão (Previtali, 2021). Contudo os estudos sobre a temática devem continuar inspirando novas formas de resistência para que a educação cumpra seu objetivo de formar indivíduos em sua integralidade.

A partir dessas perspectivas, pode-se considerar se que a classe dominante exerce uma ideologia sobre as dominadas, modifica as estruturas sociais, a forma de gerir, determina as relações trabalhistas que atendam suas perspectivas e assim atende as novas formas do capital não só nacional e mundial. Isso faz com que o indivíduo seja culpado ou não pelo seu (in)sucesso, perde sua subjetividade com novas formas de trabalho que o neoliberalismo impõe. Cabe uma luta constante contra as desigualdades tanto educacionais, sociais, econômicas e políticas para transformação do indivíduo e sociedade. Os diversos desafios que vem pela frente

só podem ser minimizados com mais leituras, aprofundamentos, questionamentos e não se esgotem novas (re)leituras sobre o significado do trabalho e educação.

Espera-se que essa reforma do Novo Ensino Médio aprovada em 2017, e que entra em vigor a partir de 2022, continuem seus debates entre estudantes, professores e sociedade como um todo, pois essas mudanças afetam o futuro dos jovens, seu protagonismo e seu projeto de vida. O que se espera é que a qualidade do ensino avance e sabemos que isso não será uma tarefa fácil, debates são importantes para que haja compreensão sobre o NEM de forma a contribuir para formação de todos jovens cidadãos nessa etapa de ensino que antecede sua imersão ao mundo do trabalho.

2.5. Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Aprovada em fevereiro, a Lei n. 13.415, que resultou da Medida Provisória do governo de 2016, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e trouxe mudanças para o chamado Novo Ensino Médio, como o aumento da carga horária mínima de aulas, a ampliação das escolas de tempo integral e a possibilidade de que todos os estudantes da etapa escolhessem caminhos de aprofundamento dos seus estudos. A lei explicitou que havia diversos dispositivos que precisavam de regulamentação.

Em se tratando de documentos oficiais, como principais direcionadores no Ensino Médio temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e avaliar este processo histórico ajuda a entender toda a trajetória da educação no País e compreender isso é um fator muito importante para podermos avaliar o Novo Ensino Médio.

A Lei nº 9.394/ 1996 a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é um importante instrumento para normatização da escolar no Brasil. Trata-se de um arcabouço de normas para que a educação “abranja os processos formativos que se desenvolvam na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil,1996).

A LDB preconiza sobre como a educação deve ser, sua finalidade educacional nacional, fica claro que seu objetivo é uma educação de qualidade e gratuita, valorização dos profissionais de educação e trata sobre a responsabilidade dos entes públicos. Ora, tem-se muito trabalho a ser feito para que a educação seja efetivada com qualidade, é necessário planejamento e financiamento para essa garantia.

Segundo a professora Kruppa em entrevista ao jornal USP (2017), são necessárias outras leis para que juntamente com a LDB cumpra seu papel na garantia de direitos, pois houve diversas mudanças desde seu início de implantação até a atualidade.

É interessante esclarecer que a LDB traz diversas normativas e incisos, mas há alguns fatores que se sobrepõem. Essas leis que apontam sobre como a educação devem ser um plano norteador, e não massificador e engessador da educação. É necessário que os profissionais tenham plena consciência dos direitos e deveres que a regem, e também os governos em diversas esferas.

Conforme explicado acima, os problemas educacionais devem ser reconhecidos por todos, e fiscalizados na forma da lei. Então, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – Garantia de padrão de qualidade;
- X – Valorização da experiência extraescolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (LDBN,1996, p. 7-8).

O que se pode observar, é que a LDB parece querer uma educação voltada para que o estudante aprenda habilidades e competências para atender um mercado de trabalho que se expande a cada momento e que tende a seguir as tendências que o mundo exige do processo educativo. Que seria formar o estudante para ser um cidadão competente, crítico e para as novas demandas e exigências do mundo do trabalho atual globalizado neoliberal.

A parti da Lei n. 13.415, faz-se necessário trazer à baila as alterações que resultaram dessa Lei, em se tratando da LDB que regula e define como a educação brasileira deve ser e também em relação ao Ensino Médio.

Portanto,

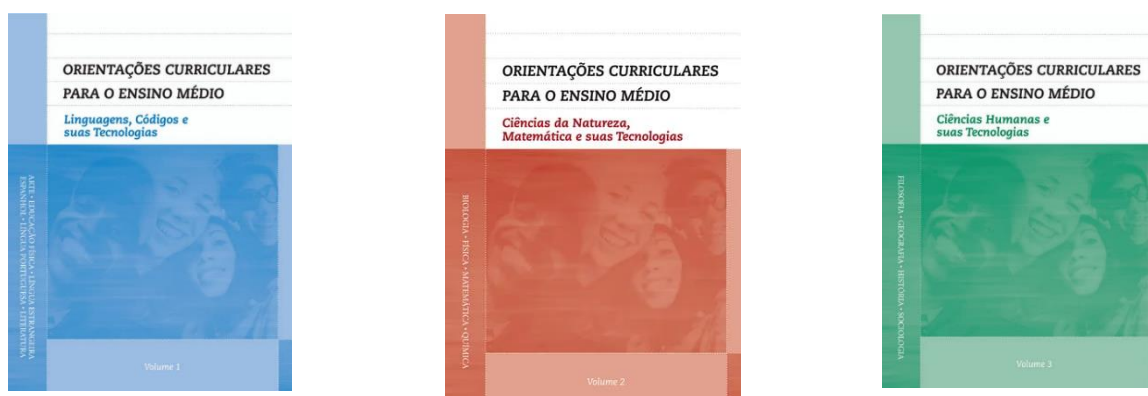
a Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do Ensino Médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A mudança

tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade (Portal do MEC).

Após análise das mudanças na LDB decorrentes da Lei 13.415/2017, a Reforma do Ensino Médio, alguns artigos e incisos foram acrescentados e ou retirados para atender essas alterações a luz dessa nova reforma. Vale ressaltar que diante de alterações que a LDB sofreu, outros documentos deverão se organizar a partir da aprovação da Lei 13.415 de 2017, além da LDB, a BNCC, dentre outros. Assim, será possível atender as novas demandas no que refere ao Novo Ensino Médio, sejam com críticas ou não, esse é o ponto de partida para diversas mudanças no campo educacional sob viés desse Novo Ensino Médio.

Em relação ao Livro Didático como objeto importante da pesquisa, a LDB (1996) aponta em seu artigo 4º sobre garantia de uma educação de qualidade “VIII – atendimento ao educando, no Ensino Fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. De fato, o Livro Didático deverá ser um objeto que ajudará professores em suas práticas educacionais, não podendo ser também sua única via, mas servir de apoio para dinamizar as aulas junto aos estudantes, o Livro Didático faz parte de uma das importantes Políticas Públicas no país que é regulamentado pelo PNLD, e estudantes e professores receberem os livros gratuitos pelo Estado.

2.6. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio



Fonte: PCNEM 2006. Site do MEC

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) são normativas criadas para apoiar professores em suas práticas educativas sobre cada disciplina, cujos objetivos são contribuir para a formação básica no Brasil e com foco na vida, no currículo e a

escola, respeitando as particularidades de cada região. Assim, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM, 2006) se fazem importantes para nortear professores de acordo sua área de conhecimento.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacional do Ensino Médio de 2006 é um documento que surge como proposta para orientar o trabalho docente, e fruto de diversos seminários e debates “este documento que chega à escola é fruto de discussões e contribuições dos diferentes segmentos envolvidos com o trabalho educacional” (PCEM, 2006, p. 8-9).

Pode-se dizer que os parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Médio é um instrumento importante que ajuda o professor de acordo com sua área de atuação e disciplina que leciona. A análise no momento tem por foco a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, o caderno (PCNs, 2006) apresenta conhecimentos das disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

O PCNEM criado após a LDBN, foi uma criação acadêmica e democrática, suas características são abertas e flexíveis, é um modelo de construção crítica, formado por uma base comum e uma parte diversificada. Deve ser homogêneo respeitando as diversidades regionais, apresenta foco na dimensão nacional e no processo de integração com objetivo de qualidade educacional conforme explicado acima, e também é um documento que orienta as quatro áreas do conhecimento.

Volume 1	Linguagem, Códigos e suas Tecnologias
Volume 2	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias
Volume 3	Ciências Humanas e suas Tecnologias

Fonte: PCNs 2006 -site do MEC

Como consta, o PCNEM (2006), em seu terceiro volume traz uma abordagem da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias. No capítulo 4, traz os conhecimentos de Sociologia, uma abordagem sobre sua importância e Durkheim que a tornou possível como disciplina acadêmica. Importante notar a abordagem sobre o surgimento da Sociologia no Brasil, o documento traz uma importante contextualização, e das idas e vindas da introdução da disciplina na educação do país, bem como sua integração nos currículos educacionais.

É possível verificar que após sua intermitência da disciplina no currículo, a LDB de 1996, torna a Sociologia presente no 2º grau, hoje Ensino Médio, e sua importância como ciência e sua relação com diversas outras áreas do conhecimento. Logo, de acordo com a

PCNEM (2006, p. 11), [...] a Sociologia pode ocupar um papel importante de interlocução com as outras disciplinas ou com o próprio currículo como um todo, senão com a própria instituição escolar”.

Verifica no PCNEM de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas um material que norteia o trabalho do educador, em específico, a Disciplina de Sociologia no Ensino Médio. Desperta um olhar que perpassa a história do surgimento da Sociologia, bem como um olhar das predisposições que as tornam naturais.

Nesse documento, mostra-se a diversidade de pensadores das Ciências Sociais e sua importância para compreensão do homem em sociedade bem como suas estruturas como uma disciplina que desperte o interesse no estudante que está inserido dentro do processo de ensino e aprendizagem.

Apresenta uma introdução sobre a Sociologia, trazendo conteúdo a serem abordados sobre a disciplina no Ensino Médio e apresenta o contexto histórico e abordagem dos clássicos da Sociologia como Karl Marx, Max Weber e Emile Durkheim. Aborda conceitos metodológicos (conceitos, temas), orienta sobre a pesquisa sociológica no Ensino Médio, e as práticas de ensino e recursos didáticos, como importantes instrumentos que orienta e norteia os educadores que atuam nessa área específica.

3. Base Nacional Comum Curricular, Novo Ensino Médio e a Sociologia

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que orienta, norteia a elaboração e reelaboração de currículos que são referências nas escolas públicas e particulares no Brasil. Assim, a BNCC traz uma série de competências e habilidades e as aprendizagens que os educandos tanto da educação infantil como Ensino Médio devem adquirir na Educação Básica (BNCC, 2017).

Após aprovação do Parecer CNE/CEB nº 38/2006, de 7 de julho de 2006 a Sociologia e Filosofia foram incluídas no Currículo da Educação Básica no Ensino Médio a partir da edição da Lei nº 11.684/2008, que alterou a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), uma grande conquista após diversas mobilizações populares ligadas às áreas desconhecimento.

De acordo com o exposto na Base Nacional Comum Curricular, [...] é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento (Brasil, 2017). Um documento que serve de base para os estados brasileiros para organização de seus currículos escolares.

Desde as alterações no NEM, a BNCC do Ensino Médio, “[...] centrada no desenvolvimento de competências e orientada pelo princípio da educação integral [...]” estabelecidas para a Educação Básica orientam tanto as aprendizagens essenciais a serem garantidas no âmbito da BNCC do Ensino Médio quanto os itinerários formativos a ser ofertados pelos diferentes sistemas, redes e escola” (BRASIL, 2017, p. 464-465). Como bem assegura Mello (2014, p. 8),

os resultados das aprendizagens precisam se expressar e se apresentar como a possibilidade de operar o conhecimento em situações que requerem aplicá-lo para tomar decisões pertinentes [...] se deu o nome de competência” [...] o intenso debate que se dá em vários países sobre as inovações que a sociedade do conhecimento estaria demandando da educação, configura-se um paradigma educacional que tem nas competências e habilidades o conceito de referência da organização pedagógica e curricular; e na avaliação seu procedimento de gestão mais importante.

Segundo consta na BNCC (2017), as competências gerais da Educação Básica são 1) conhecimento, 2) pensamento crítico, reflexivo e criativo, 3) repertório cultural, 4) comunicação, 5) Cultura digital, 6) trabalho e projeto de vida, 7) argumentação, 8) autoconhecimento e autocuidado, 9) empatia e cooperação, 10) empatia e cidadania.

Percebe-se a BNCC aborda as dez competências gerais para todas as etapas da Educação Básica desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Não se trata de um currículo, é um documento que norteia e serve de referência para elaboração de currículos escolares diversos, suas organizações pedagógicas diversas. Então, é possível perceber na atualidade as necessidades dos estudantes não bastam apenas na transmissão conteudista, se espera que o educando tenha desenvolvimento integral, completo.

Notadamente, sobre o Ensino Médio a BNCC (2017, p. 33),

aborda em cada área competências específicas a saber: cada uma delas é relacionado um conjunto de habilidades, que representa as aprendizagens essenciais a ser garantidas no âmbito da BNCC a todos os estudantes do Ensino Médio [...] As áreas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Biologia, Física e Química), Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia) e Matemática e suas Tecnologias (Matemática) seguem uma mesma estrutura: definição de competências específicas de área e habilidades que lhes correspondem. Na área de Linguagens e suas Tecnologias (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa), além da apresentação das competências específicas e suas habilidades, são definidas habilidades para Língua Portuguesa.

Cada habilidade contemplada na BNCC, por exemplo, é identificada por código alfanumérico, [...] as habilidades do Ensino Médio na BNCC têm como objetivo definir claramente às aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes nessa etapa (Brasil, 2017, p. 34).

Importante notar que a BNCC (2017) marca um momento de diversas transformações que a educação e o mundo contemporâneo apresentam como a tecnologia, a fluidez dos acontecimentos, os desafios que o Ensino Médio traz para a juventude, onde a escola tem o papel desafiador de formar jovens críticos, autônomos e prepará-los para o mundo atual. Segundo Silva (2014), os currículos deixam de ser meros conteudistas e passam a se organizar por diversas habilidades e competências de maneira que essas, atendam às necessidades de aprendizagem imbricadas no mundo atual.

Em se tratando do Ensino Médio no campo das Ciências Humanas e Sociais aplicadas integram os componentes curriculares de Geografia, História, Filosofia e Sociologia na BNCC (2017, p. 549). Nessa respectiva da área, [...] analisar, relacionar, comparar e compreender contextos e identidades são condições para conhecer, problematizar, criticar e tomar posições.

Além disso, a BNCC no que tange a área de CHSA traz as competências e habilidades que devem ser trabalhadas dentro da área. Ademais, o Ensino Médio seria continuação do Ensino Fundamental, para que o estudante aprofunde os temas e sua compreensão, e sua sistematização,

a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas está organizada de modo a tematizar e problematizar, no Ensino Médio, algumas categorias dessa área, fundamentais à formação dos estudantes: tempo e espaço; territórios e fronteiras; indivíduo, natureza, sociedade, cultura e ética; e política e trabalho (BNCC, 2017, p. 549).

Todavia, a proposta da BNCC homologada no ano de 2017, e em 2019 para o EM, tem-se uma redução dos conteúdos de Sociologia, que agora integram a área das Ciências Humanas e Sociais juntamente com os componentes curriculares de Filosofia, História e Geografia.

Em se tratando da BNCC, para Silva e Cunha (2020) não existem muitos destaques para o componente curricular de Sociologia, o que se percebe é uma formação voltada para o mercado de trabalho sem muito enfoque para os conteúdos sociológicos, o que se busca segundo seu argumento, que é um documento criado, e sua função seria uma formação do jovem para seu ingresso no mundo do trabalho.

Pode-se verificar alguns retrocessos no que se refere a diminuição de conteúdos e, também sobre as teorias dos pensadores clássicos, e cujos conteúdos se condicionam a preparar os estudantes para atender uma demanda do mercado de trabalho, uma vez que Marx Durkheim e Weber estão atrelados a categoria trabalho, e isso tende a dificultar o aprofundamento das aprendizagens previstas para a Sociologia e seus subcampos diversos.

A BNCC (2018) traz também em seu documento, a referência para os estados na elaboração de seus currículos, e “a formação de professores, à avaliação e elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação” (Brasil, 2017), cujos propósitos seriam a melhoria da educação.

A BNCC no que se refere ao Novo Ensino Médio traz seis competências específicas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e dentro de cada competência específica há diversas habilidades para serem trabalhadas pelo professor. De acordo com a BNCC (2017, p. 558),

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.
2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder.
3. Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética

socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.

5. Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

6. Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Destarte, a BNCC no que se refere ao Novo Ensino Médio na área de CHSA, é um importante documento que serve como orientação de um currículo escolar, e pode possibilitar as diversas regiões do país no sentido que seja possível haver a ressignificação de conteúdos que façam sentido para os estudantes. Ademais, a BNCC também se sustenta de acordo com dois pilares, como um currículo por competências onde considera um saber em ação, e o ensino integral que forma um sujeito para além de si mesmo.

Em seu documento geral vemos as 10 competências gerais que se relacionam com as outras competências de outras áreas do conhecimento, como: a Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e também por componentes específicos. Além disso, as habilidades são mais detalhadas de acordo com cada competência a ser trabalhada, que vão se relacionar com objetos de conhecimento, unidades temáticas e suas distribuições em cada série. Logo,

desenvolver um documento com o objetivo de homogeneizar os alunos de todo território nacional, através do discurso que os alunos teriam a mesma oportunidade de conhecimento é desconsiderar as diferenças sociais, culturais e econômicas presentes que constroem e contribuem para o nosso país (Silva e Cunha, 2020, p. 10).

Então, é fato que a BNCC além de orientar os Estados brasileiros a compor um currículo de Sociologia deve ser (re)pensada pelo fato de essa nova configuração trazida na sua proposta de se integrar as disciplinas de Ciências Humanas de forma interdisciplinar, e isso faz com que a Sociologia vai perdendo espaço de se aprofundar e se desenvolver seus conceitos e teorias sociológicas.

Logo, é perceptível que vemos os conteúdos que a BNCC apresenta uma perspectiva reducionista em relação aos conteúdos do Ensino Médio, é o que Saviani (2014) preconiza, que isso seria para se esvaziar o Ensino Médio precarizando assim o trabalho de docentes dessa maneira o setor público se enfraqueceria, e que estaria atendendo os interesses do capital

nacional como internacional, empresários que vem ocupando e se aproximando da educação pública, o que se aponta para um enorme abismo entre educação pública e privada.

No que se refere as finalidades da área de Ciências Humanas, a base do Ensino Médio organiza de modo a tematizar e problematizar categorias dessa área como” tempo e espaço; territórios e fronteiras; indivíduo, natureza, sociedade, cultura e ética; e política e trabalho” (BNCC, 2017, p. 549).

Essas temáticas deverão ser trabalhadas nos Livros Didáticos do Novo Ensino Médio na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, apesar de que no documento a BNCC, não pode ser localizado alguma menção sobre Livro Didático e objeto de estudo dessa pesquisa em questão, mas existem as orientações sobre as Competências Gerais e Habilidades que cada área de conhecimento deve abordar, já o Currículo Referência terá como foco as Habilidades de acordo com essas competências gerais dessa área de conhecimento, e cabe cada Estado deve elaborar seu Currículo nessa etapa de ensino da Educação Básica.

No que se refere a menção sobre Livro Didático, a BNCC não trata especificamente sobre, mas a partir das competências e habilidades da área de conhecimento de Ciências Humanas e as demais, que devem ser trabalhadas pelo professor nas suas aulas, e estudantes devem adquirir diversas dessas competências e habilidades para atender as mudanças desse século, é possível que os livros devem ser produzidos para atender essas especificidades e organizados a partir do PNLD, e tais habilidades estão elencadas no Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG).

3.1. Currículo Referência de Minas Gerais e a Sociologia

A LDB (1996) traz em seu artigo 9, que trata sobre currículo como sendo competências que devem ser desenvolvidas na Educação Básica tanto no Ensino Fundamental e Médio, com intenção de organizar atividades escolares.

Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (Brasil, 1996, Art. 9 IV).

Sendo assim, após a homologação da BNCC (2018) os estados deverão se apoiar na BNCC para organizar seus currículos. Ela é uma normativa definidora de aprendizagens que os estudantes precisam adquirir nas etapas educacionais, e com isso os estados deverão elaborar seus currículos de acordo com suas realidades locais, regionais.

Em se tratando do Currículo Referência mineiro, é fruto do trabalho coletivo de centenas de profissionais de várias regiões do estado, versando sobre pluralidade de ideias, identidades e expressões mineiras (CRMG, 2021) e, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular, orienta a elaboração dos planos e ações educacionais para o Ensino Médio mineiro.

Em se tratando de documentos norteadores, o Currículo Referência de Minas Gerais foi construído e elaborado por diversos profissionais da educação em Minas Gerais de diversas regiões, e versou pela diversidade de ideias, identidades e expressões regionais do estado além de estar em conformidade com a BNCC. Assim, reveste-se de particular importância por orientar na elaboração de planos e ações na educação do estado mineiro e por [...] fortalecer os princípios do direito à aprendizagem de qualidade, da equidade, do reconhecimento e da valorização das diversidades, da inclusão e da gestão democrática e participativa, com vistas a promover a educação em sua integralidade (CRMG, 2021, p. 7).

A homologação do Currículo Referência de Minas Gerais ocorreu na data de 7 de abril de 2021, é um documento de caráter normativo criado em parcerias com Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais - SEE-MG, e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME/MG. O currículo referência foi elaborado por diversos professores PUC-Minas, UEMG e UFMG, colaboradores da SEE/MG, e após diversos percursos, consultas públicas, e encontros municipais, assim foi construído, elaborado e finalizado sendo documento orientador importante na formação do currículo mineiro.

A melhor maneira de compreender esse processo é considerar que segundo o CRMG (2021, p. 17) [...] nessa perspectiva, o direito a aprender se materializa no currículo, uma vez que ele define o que ensinar, o porquê ensinar e o quando ensinar, conectando tudo isso às aspirações e às expectativas da sociedade e da cultura em que a escola está inserida [...]. Não se trata somente de um documento que serve de guia, seja porque segundo Mello (2014) dessa maneira o currículo deve ser pensado e materializado para que o educando atinja sua formação integral como indivíduo.

O que se pode perceber sobre os objetivos do CRMG, apontam que tipo de sociedade se pretende construir: reconstruir o conhecimento como forma de empoderamento dos educandos; sistematizar o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Apresenta seus eixos estruturantes: sujeitos e seus tempos de vivências; Direito a aprendizagem; Educação Integral; Escola Democrática e participativa; Inclusão e diversidade; Equidade; Formação Continuada dos educadores; Avaliação da aprendizagem (CRMG, 2021).

Portanto, tem-se um documento que vai orientar na elaboração do currículo escolar, traz dez competências gerais a saber: 1) conhecimento, 2) Pensamento científico crítico e criativo, 3) Repertório Cultural, 4) Cultura Digital, 5) Comunicação, 6) Trabalho e Projeto de Vida, 7) Argumentação, 8) Autoconhecimento, e Autocuidado, 9) Empatia e cooperação, 10) Responsabilidade e cidadania (CRMG, 2021, p. 27-30).

O Currículo Referência do Ensino Médio de Minas Gerais de 2021, é composto pela formação geral básica de acordo com a BNCC, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias. Essa formação geral básica é obrigatória e comum a todos os anos e modalidades do Ensino Médio, e por Itinerários Formativos organizados em unidades curriculares e seus respectivos componentes curriculares, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, considerando a relevância e o contexto local e a possibilidade de a escola e o município absorvê-los.

Assim, o Novo Ensino Médio, no seu currículo deve atender os preceitos da LDBN, BNCC, CRMG, deve ser flexível, por exemplo, que permita maneiras diversificadas das ações de professores de acordo com a localidade das escolas e atender os direitos dos educandos. Já os itinerários formativos serão escolhidos pelos estudantes e ofertados por diferentes arranjos que possibilitem o protagonismo juvenil.

O entendimento sobre o CRMG é importante, pois serve como norteador para elaboração do plano de curso das disciplinas do Ensino Médio elaborados e ofertados pela SEE MG, elaboração do Projeto Político Pedagógico Escolar (PPP) que é um documento que orienta o currículo escolar para suas propostas educacionais e seus objetivos e também define metas, ações e métodos específicos da instituição considerando seu público alvo e suas especificidades da escola, orienta na elaboração de planos de aulas pelos professores

No CRMG encontra-se as habilidades que deverão ser trabalhadas em sala de aula pelos professores. Mas é necessário repensar sempre as práticas educativas, no sentido de elevar a educação e para que o educando tenha uma educação de qualidade.

Então, conforme explicado acima, considerado um entre diversos documentos importantes para a educação mineira, debatido por diversos seguimentos da educação, espera-se “que vise à equidade e à qualidade educacional dos sistemas de ensino, promovendo a inclusão, reconhecendo e valorizando as diversidades” (CRMG, 2021, p. 11).

Porém, com todo esforço para se pensar um currículo que atenda às necessidades educacionais, após a reforma do Novo Ensino Médio, esse currículo flexível para atender as demandas de ensino, as necessidades de se obter competência e habilidades tão exigidas na

sociedade capitalista e neoliberal que visam atender os anseios do mercado de trabalho atual. Visto que a nossa educação ainda é um campo de fragilidades que necessitam ser superadas.

3.2. Matriz Curricular de Minas Gerais

Mudanças significativas que ocorreram com a reforma do Novo Ensino Médio fizeram com que a Matriz Curricular de Minas Gerais sofresse alterações. A partir da Resolução SEE nº 4657 de 12 de novembro de 2021, a partir de 2022 passa a vigorar no estado mineiro uma nova matriz curricular.

De acordo com a Resolução SEE nº 4657(2021), Art. 1º - A presente Resolução define as Matrizes Curriculares que serão adotadas pelas escolas estaduais de Minas Gerais [...] para as turmas de 1º ano do Ensino Médio a partir de 2022. Para o Novo Ensino Médio, essa nova Matriz vem trazendo especificações de como deverão ser trabalhados os conteúdos do currículo,

as Diretrizes Curriculares (SEI 38114170) especificam o desenho curricular do Novo Ensino Médio da rede estadual mineira, que passa a ser composto por: Formação Geral Básica, que contempla os componentes curriculares das quatro áreas do conhecimento descritos na BNCC e comuns a todos os estudantes do Ensino Médio, bem como o Itinerário Formativo, que se apresenta como a parte flexível do currículo. Neste documento estão ainda especificadas as áreas e componentes curriculares do Itinerário Formativo planejado para o 1º ano do Ensino Médio: Projeto de Vida; Eletivas e Preparação para o Mundo do Trabalho, que contempla os componentes curriculares: Introdução ao Mundo do Trabalho, Tecnologia e Inovação e Introdução às Áreas do Conhecimento com os componentes curriculares: Práticas Comunicativas e Criativas, Núcleo de Inovação Matemática, Ciências Natureza e suas Tecnologias; Humanidades e Ciências Sociais (Memorando nº 20/2021. SEE MG).

Conforme verifica-se, a nova matriz curricular mineira deve ser implementada de forma gradual no ano de 2022 para as turmas do 1º ano Ensino Médio, 2023 para as turmas do 1º e 2º anos do Ensino Médio e, 2024 para as turmas dos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio. A carga horária deverá ser de 40 horas semanas letivas para 1º ano diurno, a carga horária anual de 1000 (mil horas) organizadas em Formação básica geral e Itinerário formativo, totalizando 200 dias e 1000 horas para o Ensino Médio Regular.

Na resolução fica evidente a partir do 1º ano do NEM, dentre essas 1000 horas, 600 horas são para a formação geral básica, e 400 horas para os itinerários formativos. A formação geral básica contempla Linguagens e suas Tecnologias (Arte, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Educação Física), Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza (Biologia, Química e Física), e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia) “Resolução SEE nº 4.657, 2021”.

Notavelmente, a matriz curricular mineira dispõe da carga horária dos Itinerários formativos que contemplam o Projeto de Vida que é um componente obrigatório, e seria uma parte muito importante nesse processo de mudanças, e as Eletivas que devem ser escolhidas pelos estudantes com intenção de que sejam protagonistas de seu aprendizado. A Introdução às áreas de conhecimentos para seu aprofundamento em uma determinada área de conhecimento que são as Práticas Comunicativas e criativas (PCC), Núcleo de Inovação em Matemática (NIM), Humanidades e Ciências Sociais (HCS), e Ciências da Natureza e suas Tecnologias (CNT) “Resolução SEE nº 4.657, 2021”.

Em tese, a nova matriz curricular traz algumas alterações na carga horária do componente curricular de Sociologia. Caso contrário, algumas novas disciplinas não seriam possíveis por conta dessas alterações, por exemplo, não só a Sociologia como diversas outras como a Matemática, Física, História, Geografia, Biologia, dentre outras tiveram sua carga horária reduzida, verificado na “Resolução SEE nº 4.657,2021”.

Lamentavelmente, houve reduções se comparadas ao ano anterior de 2019 e 2020 e 2021. É importante considerar que em 2021 a matriz previa 2 aulas de Sociologia no 1º ano e 1 aula no 3º ano, já no ano de 2020 houve alteração com 2 aulas no 1º ano e 1 aula no terceiro ano, e 2019 se tinha uma aula no 1º ano, uma aula no 2º ano e 1 aula no 3º ano do Ensino Médio. Necessário trazer à baila, pois nessa nova composição de currículo onde a Sociologia esta contemplada com um novo formato, e serão organizados por áreas do conhecimento a partir de 2022 e não mais por disciplinas separadas, como eram anteriormente, agora por área de conhecimento como consta na BNCC, e seus componentes curriculares.

Com a publicação da nova Resolução SEE MG nº 4.777, 13 de setembro de 2022 tem - se a Matriz Curricular para o ano de 2023, onde o NEM diurno continua com duração de 1.000 horas, Ensino Médio de Tempo Integral com 1.500 horas e NEM noturno com 1.000 horas aulas, distribuídas entre a Formação Geral Básica distribuídos entre as 4 áreas de conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias) e os seus respectivos Componentes curriculares;

Observa-se algumas alterações sobre a Sociologia. Se no ano de 2022 havia uma aula no 1º ano do EM e uma aula no 3º ano, a partir de 2023 segue com uma aula de Sociologia no 1º ano do NEM, uma aula no 2º ano, e uma aula no 3º ano que finaliza o Currículo Básico Comum (CBC) mineiro que dará lugar ao Novo Ensino Médio a partir de 2023 e o Plano de Curso do Estado Mineiro; e que versará sobre a nova Matriz Curricular que ainda será divulgada para o ano de 2024.

A modalidade Educação de Jovens e Adultos- EJA segue o mesmo padrão mencionado acima, ou seja, 1 aula no 1º ano, 1 aula no 2º ano e 1 aula no 3º ano do Ensino Médio como consta na nova resolução para 2023.

Alterações como os Itinerários Formativos de Aprofundamento que são disciplinas que compõem a parte diversificada e estão organizados em Unidades Curriculares e os seus respectivos Componentes Curriculares que se diferenciam em quantidades de carga horária de aulas no Novo Ensino Médio, Ensino Médio Tempo Integral e Novo Ensino Médio Noturno e EJA.

Contudo, o aprofundamento em um Itinerário Formativo, ou seja, uma área de conhecimento específica, acontece a partir do 2º ano do Ensino Médio 2023, os estudantes do 1º ano do NEM, escolhem uma das opções dos catálogos do arranjo de Itinerários Formativos apresentados pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, para aprofundar seus estudos em uma área de conhecimento de acordo com seu projeto de vida.

Tem-se a opção de 9 arranjos de Itinerários Formativos para escolhas, o que se difere do 1º ano para o 2º, pois no 1º ano o estudante terá uma introdução no aprofundamento com 2 aulas em cada área de conhecimento e no 2º ano os estudantes podem escolher uma área para aprofundamento, já a Formação Geral Básica é comum, ressaltando que alguns componentes curriculares tiveram redução, as Eletivas também são escolhidas pelos estudantes de acordo com Matriz Curricular de Minas Gerais.

É preciso ressaltar que, com as diversas mudanças ocorridas nessa nova Matriz Curricular do Novo Ensino Médio nesse ano de 2022, a Sociologia teve uma perda referente as aulas atribuídas no 1º ano do EM se comparado aos três últimos anos, agora com alteração para 2º ano do NEM, a Sociologia volta a fazer parte da matriz do 2º ano do NEM a partir do ano de 2023. Quanto ao 3º ano, ainda não se sabe se a Sociologia irá permanecer no currículo pelo fato de a matriz curricular desse período não estar disponível.

O que deveria ser repensado é sobre a importância da inserção desse componente curricular, a Sociologia no Ensino Fundamental do currículo mineiro, pois a criticidade que se propõem seus estudos acerca do entendimento das sociedades e suas transformações, ao passo que atualmente se têm uma aula no 1º e 2º ano e 3º ano do EM.

Com redução de aulas no EM os professores se desdobram na expectativa de conseguir aulas, mas para isso precisam estar em duas ou até três escolas para atingir um cargo de aula que seriam 16 horas aulas (24 horas semanais), porquê a atual reforma, agrupa os conteúdos (Itinerários formativos, eletivas) por áreas de conhecimento, o professor fica à mercê de “pegar”

tudo que estiver de aulas dentro de sua área específica de acordo com sua formação, e isso nos parecem estar dentro de um modelo flexibilizado e fragilizado e um trabalho precário.

Assim, é necessário estar atendo as futuras alterações que estão por vir, pois o que se espera é que não haja perda de conteúdo com a diminuição de aulas de Sociologia e reducionismo dos saberes que estão arraigados nessa ciência. Pois espera-se que haja aumento de aulas nessa etapa do Ensino Médio, o que nos remete a seguir na luta para que esse componente curricular faça parte não só do Ensino Médio como no Ensino Fundamental. Como ciência, a Sociologia ajuda o estudante a pensar criticamente para transformar a realidade na qual está inserido.

3.3. Livro Didático e PNLD

Sabemos que a Educação Básica é um importante meio de se atingir a formação do educando, seja nos anos iniciais ou até o Ensino Médio. Como verificado na Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 208 inciso VII que o Estado deve a garantia de “atendimento ao educando, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (Brasil, 1988). A partir desse artigo, o Livro Didático passa a ser garantido na Educação Básica no país.

A obrigatoriedade da disciplina de Sociologia nas escolas brasileiras também teve um impacto significativo no interesse pelos livros didáticos relacionados à disciplina. Após a promulgação da Lei nº 11.684 em 2008, que tornou a Sociologia uma disciplina obrigatória no currículo do Ensino Médio no Brasil, houve um aumento na demanda por materiais didáticos voltados para o ensino dessa disciplina.

À medida que a sociedade avança e evolui, a disciplina de Sociologia continua a se adaptar. Novas abordagens pedagógicas, métodos de ensino e tecnologias são incorporados para enriquecer o ensino da história e promover uma compreensão mais abrangente do passado. O objetivo é fornecer uma educação histórica crítica, que capacite os estudantes a analisarem e interpretar eventos passados de forma independente, além de entender como a história pode ser moldada por interesses políticos em determinados momentos, Lei nº 11.684 (BRASIL, 2008). Com este marco, a Sociologia passou a fazer parte das políticas educacionais do livro didático (PNLD), possibilitando não só a ampliação da discussão sobre o livro didático dentro da sala de aula (sua função).

O PNLD desempenha um papel importante nesse contexto, fornecendo orientações e critérios para a seleção de livros didáticos de Sociologia. No primeiro ano em que a Sociologia

foi incluída como disciplina obrigatória, apenas dois livros didáticos foram aprovados pelo PNLD. Isso pode ser atribuído ao fato de que a obrigatoriedade da Sociologia era uma novidade e os editores e autores ainda estavam se adaptando às demandas e diretrizes específicas da disciplina.

Para tanto, segundo Mocelin (2021, p. 89) “O livro didático é um dos recursos de ensino disponíveis, produzido para demarcar o conteúdo a ser ensinado e qualificar o processo de aprendizagem”. O Livro Didático é uma importante ferramenta que auxilia o professor no processo de ensino aprendizagem e que os estudantes devem ter acesso a esse instrumento educativo, e por serem legitimadores e relevantes tanto pedagogicamente e cientificamente em determinada área do saber.

Então, a Sociologia tem avançado enquanto componente curricular e se faz importante, pois ela (Sociologia) desde seu retorno para o currículo do Ensino Médio no ano de 2008, se faz presente no Plano Nacional do Livro Didático, como destacado por Meucci no PNLD 2012,

o PNLD 2012 teve significação especial para a área de Sociologia, pois foi a primeira vez que foram avaliados e distribuídos livros da disciplina desde seu ingresso como componente curricular obrigatório no Ensino Médio, no ano de 2008. A importância do PNLD e seu caráter inédito no campo da Sociologia nos fazem supor que os livros inscritos nesse processo são amostra significativa da produção de didáticos da disciplina em todo o Brasil no período de 2009 e 2010, imediatamente após a reintrodução da Sociologia no sistema escolar brasileiro (Meucci, 2012, p. 210).

A autora deixa claro que o livro didático de Sociologia é importante instrumento educacional, e pelo fato de ter sido inserido no PNLD no ano de 2012, e também pelo fato de a Sociologia ter sido uma disciplina que foi reintroduzida no Ensino Médio a partir do ano de 2008. Isso seria dizer que representa grande conquista para o campo educacional e científico, tendo por base a importância da Sociologia na educação escolar.

O PNLD é um programa do governo federal criado para distribuição de livros didáticos, fazem parte de uma política educacional referenciada na Constituição Federal de 1988. Visto que Meucci (2020) retrata em seus estudos sobre os diversos manuais didáticos de Sociologia escolar no país a partir dos anos de 1930 sobre o ensino de Sociologia, aponta que até nos dias atuais se fazem presente no contexto escolar seu uso pelos estudantes das escolas e mediados pelos professores, “Trata-se de um conjunto significativo de obras, revelador do estabelecimento de um sistema de difusão do conhecimento sociológico” (Meucci, 2000, p. 7).

No Brasil, tivemos diversos manuais e dicionários, coletâneas que se fizeram importantes para compreensão da institucionalização dessa nova disciplina a Sociologia a partir

da década de 1930, “compêndios, tratados, dicionários, coletânea de textos e periódicos [...] para a difusão do conhecimento sociológico (Meucci, 2000, p. 7).

Meucci (2000) aponta que houve um grande sucesso dessas edições que foram publicadas nessa década de 1931 até a década de 1973. Importante ressaltar sobre o surgimento do primeiro conjunto significativo de livros didáticos de Sociologia, que “esteve relacionado pela consolidação da disciplina no sistema escolar e o surgimento de um mercado editorial que favorável ao investimento na área sociológica”, e diversos manuais e livros didáticos produzidos naquele período no país, era francês e espanhol pelo fato de ainda não existir publicações sobre o ensino de Sociologia (Meucci, 2000, p. 9).

Para Munakata (2016, p. 123), “O livro didático é, em primeiro lugar, o portador dos saberes escolares, um dos componentes explícitos da cultura escolar”. O Livro Didático pode ser considerado como um instrumento que norteia e dá sentido ao educador em suas práticas didático-pedagógicas em sala de aula e também para auxiliar os estudantes em seu processo de ensino aprendizagem.

Gonçalves (2017, p. 63) complementa que “O livro didático apresenta um conteúdo organizado de modo metódico, estruturado, orientado por intencionalidades de natureza didático-pedagógicas”.

Assim, o PNLD pode ser considerado uma Política Pública vital para promover a qualidade e melhoria educacional na oferta e distribuição de livros didáticos para todos os estudantes da Educação Básica das escolas públicas. É interessante refletir sobre como esse objeto cultural é uma ferramenta importante para aquisição de saberes para as classes sociais menos favorecidas dentro desse contexto educacional, onde possibilita acesso aos livros, aos que não têm. “Uma política pública é uma ação, ou conjunto articulado de ações, promovida pelo Estado, para alcançar um determinado fim” (Gonçalves, 2017. p. 17).

Para compreensão do atual PNLD, é necessário percorrer aos diversos documentos (digitais apresentados no site do MEC), nesses 85 anos desde sua implantação e deve ser considerada importante Política pública no país, e pelo fato de ter havido diversas mudanças e alterações ao longo dos anos.

Durante o Governo Vargas na década de 1930, o Brasil passava pelo período da Ditadura, e no ano de 1937 foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), por meio do Decreto Lei nº 93 de 21 de dezembro de 1937. Essa comissão foi criada com intenção de controlar os conteúdos que se faziam presentes nos Livros Didáticos, e também cabia o professor a responsabilidade e autonomia de escolha desses livros, o que seria interessante pois permanece até os dias atuais essa “autonomia” de escolha das obras didáticas.

O INL, sua sede estava no Rio de Janeiro na sede da Biblioteca Nacional (1937-1991), tinha como presidente Augusto Meyer que ficou por 18 anos no cargo. O respectivo edital era constituído por Comissão das quais três seções técnicas: seção de enciclopédias; seção de publicações; e seção de Bibliotecas. Essa política serviu para controle, distribuição e produção dos livros didáticos no país.

Já em meados da década de 1950, surge a Campanha Nacional do Material Escolar (FENAME) inserida pelo Ministério da Educação. Por conseguinte, na década de 1960 muda-se o nome para Fundação Nacional, nesse momento tem-se a construção de dicionários e Atlas. O Estado detém o controle do Livro Didático, e nesse período diversas editoras privadas já produziam seus materiais para vender.

Contudo, no Governo de Jânio Quadros tem-se a tentativa de criação e estatização da produção de Livros Didáticos, que foram revogados em 1964 durante seu governo e após o golpe no país.

A Comissão Nacional do Livro Didático Técnico e Científico (CONTEDE-FENAMI) verifica-se que no ano de 1970 houve a distribuição de Livros Didáticos por meio do Programa Nacional do Livro Didático Infantil, e não se conseguiu distribuir livros para todos. E no ano de 1986, o Programa Nacional do Livro Didático é criado e se encontra em vigor até o momento.

Logo, atualmente as escolhas do LD são realizadas por editais regulamentados pelo Ministério da Educação - MEC a partir do PNLD. Assim, perceptível que a Sociologia esteve presente nos PNLD dos anos de 2012, 2015, 2018 e como citado anteriormente, ela (Sociologia) voltou a fazer parte dos currículos do Ensino Médio em 2008.

Então, essas escolhas do LD, devem ser “democráticas e participativas”, o professor possui papel relevante nessa escolha (PNLD, 2018). Além disso, essa escolha deve se aproximar do Projeto Político Pedagógico da escola de acordo as especificidades dos estudantes e de cada região.

Cabe ressaltar que a distribuição do Livro Didático para o Ensino Médio se deu a partir da Resolução n. 18, de 24 /04/2007. No governo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Plano Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLA), criado para diminuir a taxa de analfabetismo, alfabetizar jovens acima de 15 anos que tiveram oportunidades reduzidas. Também, o Plano Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), com a resolução nº. 38, de 15 /10/2003, com objetivo de distribuir livros de matemática e português para todos os estudantes do Ensino Médio da rede pública e no ano de 2009, estenderia para os demais componentes.

Diversas informações sobre as resenhas dos LD se encontram no guia do PNLD e com diversas informações sobre os materiais que auxiliem o professor, para que consiga fazer uma boa escolha do LD que será adotado e trabalhado em sala de aula.

No que se refere ao guia digital do edital do PNLD 2018, a escolha do LD pelo professor de Sociologia no Ensino Médio, contava com cinco obras didáticas a serem analisadas e escolhidas, esta deveria ser usada nas três séries do EM. Dentre a obra escolhida, esta deveria ser usada nas três séries do EM e também durante três anos, após esse período deve ser trocado. Como bem assegura Meucci que a partir da década de 30 (2002, p. 11) “[...] Os livros didáticos se constituíram, desse modo um dos grandes filões de lucro das editoras”. Vemos, por exemplo, nos dias atuais a gama de editoras em suas diversificadas produções de LD no país.

Sendo assim, na atualidade com as diversas mudanças trazidas com a reforma do Ensino Médio, não seria diferente as alterações que o PNLD de 2021 apresenta. Esse novo guia se mostra importante, pois norteia as escolhas do professor e apresenta as resenhas das respectivas obras que foram aprovadas, no PNLD (2021) “com o intuito de apresentar não apenas a estrutura que forma cada obra didática, mas também seus conteúdos, princípios, fundamentos teóricos e suas propostas de atividades e avaliação”.

As resenhas dos livros foram divididas em seções como visão geral, descrição da obra, análise da obra e em sala de aula. Além disso as obras devem ser escolhidas por área de conhecimento, aqui se reporta a CHSA que faz parte do NEM implantado a partir de 2022.

As coleções aprovadas nesse PNLD 2021 contemplam quatorze obras, dentre as quais pode -se observar que a Editora Moderna quem detém a maioria das obras aprovadas nesse PNLD.

Conexão Mundo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Editora do Brasil SA	Interação Humanas Editora Do Brasil SA
Conexões- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Editora Moderna LTDA	Moderna Plus- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Editora Moderna LTDA
Contexto e Ação Editora Scipione S.A.	Multiversos -Ciências Humanas Editora FTD S A
Diálogo - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Editora Moderna LTDA	Módulos para o Novo Ensino Médio- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Editora AJS LTDA.
Diálogos em Ciências Humanas Editora Ática S.A.	Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Palavras Projetos Editoriais LTDA - ME
Humanitas.Doc	Prisma- Ciências Humanas

Editora Saraiva Educação S.A.	Editora FTD S A
Identidade em Ação- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Editora Moderna LTDA	Ser Protagonista Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Edições SM LTDA.

Fonte: PNLD 2021

De acordo com o PNLD (2021),

as obras didáticas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas destinam-se a estudantes e professores do Ensino Médio e visam contribuir positivamente com relação às questões e aos temas que as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) compreendem. Tais obras são marcadas pelo ineditismo e atravessadas por diferentes e complexas demandas pedagógicas e políticas. [...] incorporação de práticas e propostas que sejam mais interativas e atraentes aos estudantes.

Consta no guia do PNLD (2021), diversas orientações sobre a escolha dos LD da área de CHSA, o Objeto 2. Como verifica no guia (PNLD, 2021) os LD apresentados no PNLD não têm uma sequência didática, são obras novas e alinhadas de acordo com a BNCC, os professores da área podem escolher conforme suas demandas e realidades dos estudantes, há também orientações para escolha dos livros de projetos integradores e projeto de vida, e pensadas de forma interdisciplinar.

Assim, o LD é uma importante ferramenta no processo de ensino aprendizagem do estudante e ajuda o professor em suas práticas educativas em sala de aula, além de diminuir o tempo de aula expositiva, o livro pode ajudar a dinamizar as aulas, pelo fato de haver perda de aulas de alguns Componentes curriculares do NEM.

4. “Coleção Diálogo” e Capinópolis-MG

Desde sua implementação no PNL, o LD têm sido uma ferramenta necessária no que tange ao ensino e aprendizagem dos estudantes no Ensino Médio na área de CHSA e de grande relevância ao professor dentro do processo educativo e de suas práticas educacionais nas aulas, sem perder sua autonomia dentro do conteúdo lecionado.

Essa coleção de Livros Didáticos foi escolhida em uma escola pública estadual no Município de Capinópolis- MG, após estudos do PNL (2021) pelos professores, dentro da área de CHSA (História, Geografia, Filosofia e Sociologia), que será abordado mais adiante.

Para Meucci (2014, p. 214), “livro didático é elaborado com a finalidade mais imediata de servir de instrumento de ensino e de aprendizagem”. Assim, o Livro Didático, nesse sentido deve ser considerado um suporte nas aprendizagens dos estudantes e mediadas pelo professor, ao mesmo tempo, o livro pode servir de pesquisa e estudos até mesmo para o educador, pois em alguns casos e realidades distintas como escassez de materiais didáticos, e o livro ajudaria muito o professor.

No que concerne a importância do uso do LD em sala de aula, pode ser uma ferramenta que auxilia o professor, mas ainda assim, para Chopin (2014, p.553)

O livro didático não é, no entanto, o único instrumento que faz parte da educação da juventude: a coexistência (e utilização efetiva) no interior do universo escolar de instrumentos de ensino-aprendizagem que estabelecem com o livro relações de concorrência ou de complementaridade influem necessariamente em suas funções e usos.

Contudo, o uso que o professor faz do LD pode ser atribuído a sua necessidade pedagógica, pois o livro é uma dentre as diversas possibilidades, juntamente com outros métodos de trabalhar os conteúdos nas aulas como um vídeo, texto, só que o uso e sua aplicabilidade do LD poderão variar de professor de acordo com suas necessidades cotidianas.

4.1. Recursos didáticos, possibilidades e usos

Existem diversas possibilidades e usos possíveis em se tratando de LD, e também o que as imagens nos remetem em seus significantes e significados e de fato como significamos esses conhecimentos seja oralmente ou escrita e por seus diversos modos.

Ademais, com a sociedade em constante evolução sendo levada a recriar sentidos seja cultural, políticos e ou sociais a novas tecnologias comunicacionais e novas teorias de linguagem na construção de significados em diversos contextos, e se trata de linguagem verbal,

corporal e visual. “visão funcional da linguagem que considera que o sistema linguístico é modelado pelas funções a que serve” (Vieira, 2015, p. 8).

Na visão de Meucci (2014, p. 216) em suas análises sobre LD na visão estética,

até meados dos anos de 1960, os livros didáticos tinham aparência muito semelhante aos livros convencionais: mesmas dimensões e capa, exercícios discretos ao final dos capítulos (em geral, questionários ou descrição de problemas a serem ‘solucionados’) e poucos excertos. Nesse período, as ilustrações eram exclusivas dos livros de geografia e botânica que se limitavam a gravuras em preto e branco.

De fato, quando se pensa nas imagens, figuras que se encontram nos livros, importa entender como a linguagem verbal se inter-relacionam com textos, uma vez que a sociedade atual exige novas maneiras de leituras textuais multimodais. Se percebe que os livros são bem elaborados e chamativos, colorido com diversas imagens, ícones, gravuras, entre outros.

Os recursos visuais podem e devem ser usados pelos professores em sala de aula, como trabalhos para os estudantes, para que os mesmos desenvolvam habilidades de compreensão da sua realidade social, e assim passíveis de análises e críticas (Nascimento; Bezerra; Heberle, 2011).

Do ponto de vista de Joly (2007), as imagens que lemos e interpretamos no dia a dia, se deve ao fato de apreensão interior e exterior e isso depende de indivíduo a outro, pois importa o seu contexto cultural para sua compreensão de imagens. Isso seria “permitir-nos perceber tudo o que esta leitura natural da imagem ativa em nós de convenções, de história e de cultura mais ou menos interiorizadas (Joly, 2007, p. 10).

A partir desse entendimento, evidencia-se que a multimodalidade está em expansão e se apresenta importante para compreensão de múltiplas interpretações nos textos multimodais de forma integralizada, mas há um fator que se sobrepõe, é necessário que se observe a maneira que os diversos textos dialogam com a semiótica. De acordo com Mozdzenski (2013, p. 178),

processamento textual das informações só pode se dar com a leitura integrada do texto verbal, do material visual (fotografias, infográficos, desenhos, cores, layout), do material sonoro (música, ruídos, entonação, ritmo) e assim por diante. [...] compreender como os textos multissemióticos dialogam entre si para produzir sentidos.

Conforme verificado, para que a imagem faça sentido ao texto é necessário que haja coerência. Trata-se inegavelmente de se permitir uma leitura integrada, seria um erro, porém, atribuir inegável relação a essa relação multimodal, pois se faz de significados que se unem e formam diferentes semioses. Assim, reveste-se de particular importância esses estudos por meio da observação para se consiga analisar tais imagens.

Quando se pensa sobre o que a imagem representa como aponta Teixeira (2017, p. 2), “composição se relaciona a [...] valor informativo, saliência e enquadramento”. Pode-se dizer que em relação ao contexto escolar, o uso de imagens poderá ser usado em sala de aula pelo professor.

Assim, nesse contexto, fica claro que as imagens, ícones, gráficos, e outros agregam ao ensino aprendizagem no sentido amplo, que se têm as possibilidades e seus usos. O mais preocupante, contudo, é constatar que é desafiador pelo fato de haver muitos textos não verbais. Não é exagero afirmar que os estudantes estão expostos a diversas formas de textos verbais e não verbais condicionados às tecnologias digitais, é importante que as leituras e usos de diversos textos multimodais sejam lidos. Assim, diante desse cenário, a análise de imagens se faz importantes para compreensão e apreensão dos fatos e realidade social diante das possibilidades apresentadas.

Bem como assinala Rojo (2012, p. 13), “multiletramentos [...] na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica”.

Ora, em tese, vemos na atualidade, a expansão das novas tecnologias de comunicação diversas maneiras de leituras. que necessitam de multiletramentos para sua compreensão, não se trata de negar a relação entre imagem e texto.

É importante considerar que o multiletramento ocorre com as mudanças das linguagens desse século, seja porque engloba diversos textos, multissemiótica que seriam vários elementos em um mesmo texto, ou multimodal, seja nesse caso, textos, imagens em movimento, imagens estáticas, filmes, áudios, músicas entre outros. Julgo pertinente trazer à baila que a leitura deve ser crítica sob todas as linguagens contidas no texto, e na escola deveras deparamos com diversas mudanças nos textos e isso exige uma mudança na sua leitura e que exigem discursos por parte de todos, por exemplo, incluindo as mídias digitais.

multimodalidade ou multissemioses dos textos contemporâneos, que exigem multiletramentos. Ou seja, textos compostos de muitas linguagens (ou modos, ou semioses) e que exigem capacidades e práticas de compreensão e produção de cada uma delas (multiletramentos) para fazer significar. [...] são necessárias novas ferramentas — além das da escrita manual (papel, pena, lápis, caneta, giz e lousa) e impressa (tipografia, imprensa) — de áudio, vídeo, tratamento da imagem, edição e diagramação. São requeridas novas práticas: (a) de produção, nessas e em outras, cada vez mais novas, ferramentas; (b) de análise crítica como receptor. São necessários novos e multiletramentos (Rojo, 2011, p. 19-21).

Rojo (2011) deixa claro que os textos atuais nos são apresentados de diversas maneiras. Para além de multissemioses, é preciso uma leitura significativa frente a diversas

multimodalidades existentes nos textos e que devem ser adotadas práticas renovadas para uma leitura e análise crítica. Assim, necessário que escola, professores e estudantes estejam preparados para o uso evidente das diversas mídias digitais que a atual sociedade compartilha.

Além de imagens, é possível que um LD permita outros usos e possibilidades didáticas que podem ser trabalhadas pelo professor em sala de aula, isso exige um planejamento pelo professor. Segundo Mocelin (2021, p. 89), “O livro didático é um dos recursos de ensino disponíveis, produzido para demarcar o conteúdo a ser ensinado e qualificar o processo de aprendizagem”.

São diversas as possibilidades do uso do LD, o professor poderá propor em suas aulas análises de imagens expostas no livro, resolução de exercícios, elaboração de questões pelos estudantes baseados nos textos abordados no LD, debates podem ser realizados de acordo com as temáticas das aulas usando como aporte o livro, resumo de textos do livro, dentre outras atividades possíveis. Isso seria um aporte como recurso, é importante se pensar em outras práticas para otimizar o aprendizado dos estudantes.

Desse modo, o que diferencia de uma prática de ensino a outra, ou recursos ou métodos para Mocelin (2021 p. 92) “pode estar relacionado à formação dos professores e às condições de trabalho”. Seria importante pensar em suas práticas quanto ao uso e valor que o professor traz em se tratando do LD, pois poderia estar atrelado a sua formação acadêmica e ao currículo que foi apreendido.

Na atual conjectura, o que seria possível, afinal professores contam com apoio de LD seja de Sociologia, e outros componentes curriculares, com a possibilidade de escolhas o que lhes são assegurados segundo o PNLD (2012, 2015, 2018, 2021). Embora o seu uso, depende do local, região e talvez pela escassez desse objeto, seu uso pode ser (re)pensado pelas possibilidades e condições do professor em sua prática educativa, seu valor atribuído dependerá de cada profissional que se fará do seu uso e sentidos em sala de aula.

4.2. Explorando o livro didático



Fonte: Imagens extraídas do site da Editora Moderna: Coleção Diálogo

A coleção de Livros Didáticos Diálogo da Editora Moderna aprovada dentre diversas obras pelo PNLD 2021, que conta com seis volumes a saber: Ser Humano, Cultura e Sociedade, Trabalho, Tecnologia e Natureza, Relações de Poder: Território, Estado e Nação, Lutas Sociais e Reflexões sobre a existência, América: Povos, Territórios e Dominação Colonial, Dilemas das Repúblicas Latino- Americanas.

Essa obra da Editora Moderna foi escolhida pelos professores da área de CHSA da Escola Estadual Sérgio de Freitas Pacheco no Município de Capinópolis- MG. Essa coleção está entre as diversas obras aprovadas pelo PNLD de 2021, pois após as mudanças ocorridas no EM os LD também tiveram alterações significativas a partir dessa versão para atender as propostas da Lei 13.415/2017, então essa obra foi uma das que mais se aproximaram das necessidades dos professores da área de CHSA da escola.

A coleção de LD Diálogo é composta por 6 livros que são inéditos segundo o PNLD 2021, ou seja, para contemplar a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e atender as novas propostas da BNCC, com objetivo de integrar os componentes curriculares por áreas de conhecimento como consta na BNCC, atendendo competências e habilidades dessa área de conhecimento.

“Diálogo” de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é uma dentre as diversas obras aprovadas no PNLD de 2021, o Objeto 2, obras essas escolhidas pelos professores de cada

escola de acordo com a área do conhecimento, essa em questão as Ciências Humanas e Sociais, que abarcam 4 componentes curriculares, a Geografia, História, Filosofia e Sociologia.

A coleção em questão conta com seis volumes, esse estudo se trata do manual do professor como consta a seguir.

Trabalho, Tecnologia e Natureza
Relações de Poder: Território, Estado e Nação
América: Povos, Territórios e Dominação Colonial
Dilemas das Repúblicas Latino-Americanas
Lutas Sociais e Reflexões sobre a Existência
Ser Humano, Cultura e Sociedade

Pode-se perceber que as obras contam com 4 escritores, e que as informações sobre sua formação, atuação estão expostas nas seis obras Diálogo, a saber:

AUTOR	FORMAÇÃO	ATUAÇÃO
Julieta Romero	Doutora em Ciências Humanas (Sociologia) Mestre em Sociologia, Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais	Professora da Educação básica, técnico e tecnológico da Rede Federal de ensino.
Maria Raquel Apolinário	Bacharel e Licenciada em História	Professora das redes estadual e municipal de ensino, e coordenadora de projetos editoriais, Editora.
Ricardo Melani	Bacharel e mestre em Filosofia, Bacharel em Comunicação Social	Tem mais de 25 anos de experiência como educador, foi professor do Ensino Superior durante 18 anos, foi editor de inúmeras revistas científicas e informacionais.
Silas Martins Junqueira	Bacharel e licenciado em Geografia	Professor da rede municipal de ensino, formador de professores e gestores educacionais, escritor de livros didáticos e documentos oficiais para secretarias estaduais e municipais de educação

Fonte: Extraído do LD “Diálogo”

Então, como observa-se na tabela acima, os autores dos livros didáticos compõem os campos de cada componente curricular, ou seja, têm formação acadêmica na área de conhecimento de Geografia, Filosofia, História e Sociologia, e isso é interessante, pois pode ter sido algum dos critérios de escolhas de alguns professores na escolha da obra. Por outro lado, a questão de atuação pode muitas vezes não condizer com as realidades no chão da escola

estadual por exemplo, visto que suas atuações são em âmbito municipal, federal, e ensino superior, e uma atuação como professora na rede estadual.

No manual do professor, todas as obras contam com Sumário, Apresentação Geral da obra, trazendo uma explanação sobre o Novo Ensino Médio e a BNCC - a proposta da BNCC para o EM como fundamento de competências para que o jovem adquira novas práticas e relações sociais para o mundo atual. Nesse sentido, essas competências e habilidades exigidas no LD estão delineadas de acordo a BNCC, voltadas para o mundo do trabalho, protagonismo juvenil.

Como consta a BNCC define competência,

é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL. 2018. p, 8).

Dessa forma, tem-se um rol de competências gerais, são dez na área de conhecimento de Ciências Humanas que devem ser trabalhados pelo professor em sala de aula, e no LD, cada um dos capítulos elas estão definidas de acordo com o tema a ser trabalhado, e também as habilidades da BNCC (2018).

A aprendizagem por áreas de conhecimento é exposta nos livros para que o jovem consiga competências para ter autonomia e ser protagonista para atuar no mundo.

Temos nos LD algumas categorias fundamentais que constam na BNCC (2018) para a área de CH, Tempo e Espaço, Territórios e Fronteiras, indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética, política e Trabalho, que seriam necessárias para a formação do educando nessa etapa de educação.

Todos esses elementos são comuns em todos os livros como apresentação geral da obra, pressupostos metodológicos da coleção, a estrutura da obra, referências bibliográficas, orientações específicas para cada volume, unidades temáticas com capítulos e seus objetivos, sugestões de encaminhamento didático, e cada unidade conta com leituras complementares e também as respostas e comentários das atividades do Livro do Estudante.

É necessária uma leitura em cada um dos capítulos das obras para que se consiga localizar os componentes curriculares, eles não estão listados no sumário, o que se pensa é que cada unidade são 4 capítulos e que se encontrem os 4 componentes curriculares da área de CH. Assim, observa-se que em certos capítulos são abordados apenas um conteúdo, em outros há uma divisão de conteúdos. A exemplo, um capítulo que aborda a Geografia, e História; em outros abordam até três componentes.

Os livros são significativos no sentido de apoiar o professor em sua prática de ensino em sala de aula, mas o que seria necessário uma discussão da sua significação, pois para Silva (2012, p. 805) os sujeitos “não discutem como o livro é utilizado em sala de aula” e a sua utilização em sala de aula não têm muitos questionamentos e que tem boa aceitação, é o que aponta Silva (2012).

Seria importante pensar na questão do LD, o que afirma Silva (2012, p. 806) “as editoras de livros didáticos, por sua vez, oferecem um produto voltado, principalmente, para se adaptar a esta realidade precária vivenciada pelos professores brasileiros nos campos profissional e da formação”.

Quanto à disposição dos livros, não é sequencial portanto não linear pelo fato de cada capítulo trabalhar um tema diferente do outro, e sua linguagem é de fácil entendimento e traz conteúdos atuais como na Sociologia, e como o livro deve atender a área de CH para se integrarem de maneira interdisciplinar abordando as competências, e habilidades de CH, previsto na BNCC (2018).

As atividades abordam questões relevantes da sociedade, de acordo com as temáticas abordadas, perguntas e respostas, análises de gráficos, produção de textos, análises de QH e tirinhas, atividades em grupo, com indicação de fontes, pode também estimular o uso das tecnologias nas pesquisas e são fáceis de executar, pois exigem uma criticidade necessária nos estudos sociológicos da realidade social, estimulando o estudante a pensar e agir de acordo com as tomadas de decisões na sua realidade. Assim, para se compreender o uso que se faz o LD na sala de aula, é importante uma ação em uma escola real, ou seja no chão da escola.

4.3. Ação do livro didático em uma escola real com a palavra os professores

A observação é considerada um elemento importante para que o pesquisador esteja mais próximo da realidade do objeto que se pretende investigar e obter informações mais precisas, para Marconi e Lakatos (2003)

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar (Marconi e Lakatos, p. 19).

Partindo dessa premissa a respeito da observação, ela permitirá que se tenha uma visão mais clara e objetiva do objeto em questão, uma “posição de destaque”, posto que, o observador estará perto do seu objeto e poderá ter uma posição privilegiada, e que segundo Marconi e

Lakatos (2003, p,191) “no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade”.

Nessa pesquisa se emprega a observação assistemática, se pretende uma análise menos formal dos fatos e fenômenos investigados de maneira exploratória, com uma observação participante de maneira natural, pois faço parte do local de trabalho onde parte a observação da vida real com interação com outros indivíduos, e também a pesquisa será individual pois se pretende intensificar as observações coletadas sobre o objeto em questão.

A Escola Estadual Sérgio de Freitas Pacheco está localizada no município de Capinópolis- MG, no Triângulo Mineiro, na qual trabalho desde o ano de 2019, e segundo dados extraídos do Portal Cidades do IBGE de 2021 a cidade tem cerca de 16.294 pessoas, mas se comparado ao último censo de 2011 que eram 15.290 pessoas houve um aumento de pessoas. O crescimento da população pode estar ligado a uma usina de cana de açúcar localizada no município que gera diversos empregos.

Em relação a educação, de acordo o site cidades IBGE, conta apenas o índice de escolarização do IDEB, A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade em 2010, 96%, sendo 6,2% anos finais e 4,85% anos finais do Ensino Fundamental do município, que conta com uma creche CEMEI- e quatro escolas municipais para educação infantil, alfabetização, uma escola de Educação Especial- APAE, e também uma escola estadual somente com Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, e EJA Fundamental, e uma escola estadual que atende diversas etapas de ensino, desde o Fundamental 6º ao 9º ano, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos EM. Não foram encontradas informações referentes ao EM nesse site.

Muitos estudantes do município de Capinópolis, podem estudar no Instituto Federal- MG que ofertam curso profissionais e está localizado na cidade vizinha Ituiutaba-MG a 32 km, e também algumas escolas particulares do mesmo município, e o SENAI que contam com diversos cursos técnicos, e também para as instituições que ofertam o ensino superior. Tudo isso devido ao município não ofertar a diversidade de cursos que estas instituições do município vizinho. Alguns desses estudantes se deslocam de van particular, e outros no ônibus que a secretaria de educação municipal oferta.

Com isso, a escola Sérgio Pacheco tem “perdido” alguns estudantes por não ofertar nenhum curso Técnico nesse ano de 2023, mas no ano anterior havia um curso técnico de Recursos Humanos com duração de 2 anos, que havia iniciado durante a pandemia de covid-19, no início a turma era numerosa, mas com as dificuldades do estudo online, alguns desistiram do curso, ao final poucos estudantes concluíram.

Dito isso, partimos para os fatos relacionados ao Livro Didático que melhor será pensado a partir de um olhar despreocupado diante desse objeto, e pensado a partir do contexto de experiência dessa pesquisadora que trabalha na mesma instituição escolar que será realizado a pesquisa participante sobre o LD.

No ano de 2017, vimos a Reforma do Ensino Médio se instaurar a partir da Lei 13.415, e modificar a estrutura da Educação Básica do Ensino Médio, e a partir do ano de 2022 o Novo Ensino Médio se tornara obrigatório em MG. Contudo, a reforma modificou diversas leis como LDB, BNCC, CRMG e o PNLD não seria diferente.

Na escola, foi possível observar que alguns professores viram a possibilidade de uma melhora na educação, e outros um pouco apreensivos e desacreditados que isso seria possível, pois faltava uma melhor valorização do profissional e também maior participação dos estudantes no processo e ensino aprendizagem e de uma participação mais ativa da família.

Houve uma certa preocupação de como seria esse “Novo Ensino Médio”, e como a educação de desenvolveria, se seria interessante para os estudantes, e como seria o papel do professor nesse processo.

Não se pode esquecer que na escola o Ensino Médio de Tempo Integral já era uma realidade, atendendo a meta do governo federal que seria até o ano de 2024 50% das escolas tenham educação de tempo integral no EM esse formato se inicia no ano de 2021, e com poucos dias de aulas, a pandemia de covid-19 interrompeu as aulas presenciais, dando lugar ao ensino remoto.

Para ficar melhor a situação, com a aprovação da reforma do Ensino Médio, agora temos um novo formato em relação ao PNLD. No PNLD de 2018, o LD era escolhido pelo professor de cada disciplina, ou seja, cada professor escolhia o livro dentre as obras aprovadas no PNLD, e se difere do atual PNLD de 2021, pois os livros serão escolhidos por ordem de escolha dos Objetos, e por área de conhecimento.

De repente, em plena pandemia com trabalho remoto, nós professores recebemos notícias da gestão da escola, que havia chegado a hora de escolher os Livros Didáticos, de acordo com o Memorando SEE/EFP- Livro Didático nº 6/2021, que trata sobre as escolhas que as escolas devem fazer em relação aos Livros Didáticos para serem usados a partir do ano de 2022 no EM o então chamado de objeto 2.

De acordo o PNLD (2021), são escolhas realizadas por etapas:

Objeto 1	Projetos Integradores e Projeto de Vida
Objeto 2	Livros Didáticos por área de conhecimento

Objeto 3	Obras de formação para professores e gestores
Objeto 4	Recursos Digitais
Objeto 5	Obras Literárias

Fonte: PNLD 2021

A partir desses critérios de ordem de escolhas de obras, nossa primeira tarefa foi escolher o Objeto 1, O Livro Didático de Projetos Integradores e Projeto de vida. A tarefa não seria fácil, como fazer a melhor escolha era um ponto importante. Então juntamos em uma reunião virtual, e com criação de um grupo de WhatsApp, pois não poderíamos nos reunir presencialmente em plena pandemia.

Assim, caberia um estudo individual das obras didáticas aprovadas para atender esse objeto 1 em questão a partir do dia 06 a 19 de março 2021. Cada um de nós professores tínhamos a árdua tarefa de visitar as obras desse objeto, e levar para discussão do grupo, no caso a área de Ciências Humanas da escola referente ao EM, composta por mim, professora de Sociologia, duas professoras de Geografia, dois professores de História e um professor de Filosofia.

As obras de Projetos Integradores da área de CHSA aprovadas foram dezenove, de acordo o PNLD 2021, foram as seguintes:

+ Ação- Na escola e na comunidade-	Editora FTD SA
# Novo Ensino Médio	Editora Scipione S. A
Caminhar e Construir	Saraiva Educação S. A
Ciências Humanas em Projetos	Fênix Livraria e Distribuidora de Livros - ERELI
Conhecer e Transformar	Editora Do Brasil SA
Da Escola para o Mundo	Editora Ática S.A.
De Olho no Futuro	Editora Ática S. A
Experimentar, Refletir, e comunicar	Daniella Almeida Barroso
Identidade em Ação	Editora Moderna LTDA
Integramundo	Tulipa Editora EIRELI
Integração e Protagonismo	Editora do Brasil SA
Jovem Protagonista	Edições SM LTDA.
Moderna em Projetos	Editora Moderna LTDA
Palavras para integrar	Palavras Projetos Editoriais LTDA - ME
Pesquisar, Discutir ESQ & Aprender	Editora AJS LTDA.
Práticas na Escola	Editora Moderna LTDA
Ser Protagonista	Edições SM LTDA.
Vamos Juntos, Profe!	Saraiva Educação S. A
Ver o Mundo	Editora FTD SADIT

Fonte: PNLD 2021- Objeto 1- Projetos Integradores

Observamos a quantidade de LD para essa escolha, nos deparamos com uma quantidade significativa para a escolha desse Objeto proposto pelo PNL 2021, a Editora Moderna detém a maioria das obras publicadas nesse Objeto.

Não houve muitos critérios por parte dos professores para escolha dessa obra, foi observado que era uma linguagem de fácil entendimento, pensada para os estudantes, se iriam entender, se identificar com a linguagem contida no LD. Estávamos ‘Maria vai com as outras’, no sentido de que como eram muitas obras e não faziam muito sentido, então observamos nos diversos grupos de professores no WhatsApp algumas escolhas que a maioria estava fazendo e indicando, assim fizemos seleções.

O LD escolhido pelo grupo de professores aqui na escola na área de CHSA foi a obra + Ação Na Escola e na Comunidade Projetos Integradores, Editora FTD. Logo, em relação aos Projetos Integradores, não tenho conhecimento se já foi usado por algum professor da área de C.H, nem por minha pessoa ou outros professores, pouco se fala sobre essa obra que se encontra esquecida no momento, apesar de que na escola são construídos alguns projetos dentro dessa área de conhecimento, mas a grande dificuldade é trabalhar em equipe.

Sobre a obra de Projeto de Vida, foi escolhido pelo grupo na escola, mas por outro lado, se observa que é uma obra pouco usada ou quase nada, e somente alguns professores de Projeto de Vida se apropriaram das obras de Projeto de Vida em específico, até porque a Secretaria de Educação mineira disponibiliza um caderno de Projeto de Vida para cada série do EM a obra que temos acesso é # MeuFuturo- Projeto de Vida Editora FTD.

Como observamos no plano de curso mineiro do EM, as aulas de Projeto de vida as turmas do 1º ano do NEM matutino são contempladas com 1 aula, noturno 1 aula e nas turmas de EJAS 1 aula e atividades complementares, e no Ensino Médio de Tempo Integral são 2 aulas semanais nas turmas do 1º e 2º anos de acordo com Documento Orientador da SEE MG 2023, que também conta com os cadernos de Projeto de vida que orientam o trabalho docente nesse conteúdo.

Nesse caderno de Projeto de Vida estão as habilidades que devem ser trabalhadas pelo professor em sala de aula, orientação, temas e conteúdo específicos para cada ano escolar do EM. E alguns professores nem se quer sabiam que existia um LD de Projeto de Vida na escola. Logo, em relação aos Projetos Integradores, não tenho conhecimento se já foi usado por algum professor da área de CH, nem por minha pessoa ou outros professores.

Quanto ao Objeto 2, Livros Didáticos por áreas de conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e Obras Didáticas Específicas: Língua Portuguesa,

Língua Inglesa, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em diálogo com a Matemática, deveriam ser escolhidos entre os dias 13 / 06 a 11/08 de 2021 de acordo o memorando da SEE MG nº 6/2021.

Mais uma vez nos deparamos com outra escolha de obras, dessa vez essa escolha foi mais consciente e melhor debatida pelo grupo de professores, pois as obras devem ser trabalhadas nos três anos do EM e em tese, por todos os professores da área de CHSA.

Primeiro ponto, iniciei a leitura do PNLD (2021) e os colegas da escola aparentemente também fizeram a leitura, na tentativa de entender os critérios desse “novo” processo de escolha de LD, afinal, não participei do processo anterior pois ainda não compunha o quadro de professores da escola, e essa seria a minha primeira escolha de LD no EM.

Segundo ponto, não se falava de outra coisa nos grupos de WhatsApp, afinal vivenciávamos um momento delicado de pandemia e muitas pessoas interagindo por meio de mídias, mas e agora, como escolher uma obra didática por área de conhecimento? Foram surgindo alguns questionamentos de como escolher, qual obra escolher, como definir algum critério de escolha com os colegas da área de CHSA, acredito que a opção seria a leitura, estudos do PNLD e também precisávamos conhecer as obras, os autores. Diversos professores dos grupos de whats estavam empenhados em entender essas novas demandas que estavam presentes nessa nova escolha de LD, e nós desse outro lado também.

Alguns argumentos interessantes surgiram, se a obra pretende atender a área de CHSA, então como uma obra conversaria com todos os componentes curriculares de uma só vez? Partindo desse pressuposto, começamos a pensar em obras cujos escritores deveriam ser da área de CHSA, e que cada componente curricular fosse escrito por alguém da área como por exemplo, a parte que cabe a Sociologia por um escritor dessa área ou formado nesse campo específico bem como a Geografia, a História e a Filosofia.

O que mais se poderia esperar de tais obras? A linguagem escrita poderia ser outro critério de escolha dos professores de CHSA, pois é interessante que a escrita traga uma linguagem voltada para a juventude, de fácil entendimento, afinal são os jovens que irão usar o LD além do professor, ademais os Livros Didáticos distribuídos pelo PNLD (Brasil, 2021) são importantes auxiliares em processos de ensino e aprendizagem escolar no Brasil.

O grupo da escola formado por professores de CHSA, eis que houve um consenso do grupo na escolha dos Livros Didáticos, o Diálogo da Editora Moderna, pois aparentemente seria o mais adequado para seu uso por todos os professores em sala de aula e para que os estudantes também tenham acesso, e também escolhemos três opções de livros, como foi determinado pela gestão da escola que seguia o referido documento da SEE quanto a escolha

do LD, apesar de que nossa primeira opção foi outra obra, não o Diálogo que foi entregue à escola.

Outra dúvida que surgira nesse momento, como o grupo usaria esse conjunto de Livros Didáticos, como se daria seu uso na área de CHSA, como seria a organização do conteúdo a ser trabalhado nas aulas.

Em relação a formação sobre a implantação do NEM na escola, no ano de 2022 tivemos uma formação presencial no município sede da Regional de Educação, nessa formação a analista educacional apresentava algumas das mudanças do EM como o aumento da carga horária, os estudantes do Ensino Médio regular tinham 5 horários de aulas de 50 minutos, agora passariam a ter 6 horários de aulas para atender as novas mudanças propostas do NEM.

Nesse encontro foram abordados assuntos sobre os aprofundamentos, que segundo o documento oficial da SEE, os estudantes teriam a oportunidade de escolher o aprofundamento que gostaria de estudar e de acordo com seu projeto de vida, em MG são 9 possibilidades de arranjos curriculares para o aprofundamento.

Sendo assim, na realidade o estudante não tem o direito de escolha, pois isso implicaria a criação de um aprofundamento, e ao invés disso, os arranjos já vêm prontos, construídos pela SEE- MG, cada estudante faz sua escolha e a turma fica com a escolha da maioria dos votos, ou seja, muitos não tem a oportunidade de estudar aquilo que de fato seja de seu interesse.

As escolhas realizadas pelos estudantes quanto ao aprofundamento para o 2º ano na escola foram CHSA, e MAT, CHSA e CNT, CNT diurno, e noturno as 4 áreas do conhecimento, o que em sua maioria são da área de CHSA. Não se sabe se essas escolhas foram por afinidades aos conteúdos, ou por ser “mais fácil”, ou porque um colega escolheu pois o outro estaria nessa turma, ou de acordo com a universidade que gostaria de cursar, então seria difícil afirmar com precisão os motivos que os levaram a tais escolhas.

A gestão da escola fez uma cartilha com as opções de aprofundamentos ofertados pela SEE sendo 9 arranjos curriculares para escolhas, e tudo isso foi apresentado aos estudantes das turmas de 1º anos do EM, pois no ano subsequente, eles deverão estudar baseado em suas escolhas.

Não se pode esquecer que há a escolha de Eletivas que é uma parte flexível do currículo, que são conteúdos que fazem parte de um catálogo confeccionado pela SEE, os estudantes escolhem baseado nesse catálogo, para o 1º ano a gestão escolar faz a escolha de duas Eletivas, e para o 2º ano os estudantes fazem suas escolhas de 2 Eletivas sendo o critério de escolha a maioria dos votos, e o 3º EMTI, fizeram suas escolhas para o ano de 2023, como se pode ver no quadro abaixo as escolhas dos estudantes e ofertadas na escola.

Eletiva	Área de Conhecimento
Cidadania e Inclusão Digital	Interárias do Conhecimento
Educação Financeira	Matemática
Redação para o ENEM	Linguagens

Fonte: Catálogo de Eletivas SEE MG 2022

No entanto, existe um catálogo de eletivas em que há diversas possibilidades de opções para que estudantes escolham uma ou duas, e de certa maneira os estudantes não estão escolhendo, pois já estão ofertadas, eles só escolhem dentre as propostas. Seria uma escolha, no entanto, se essas Eletivas fossem construídas, criadas pelos professores e estudantes juntos, apesar que para 2024, há essa possibilidade segundo a SEE MG, por meio de um documento orientador para que possa elaborar as propostas de novas Eletivas no EM.

Em relação aos LD do NEM, se percebe na escola que alguns professores da área de conhecimento de CH e de outras áreas vêm usando os LD, na tentativa de uma melhor organização das aulas e seu uso auxilia no processo de aprendizagem dos estudantes.

Quanto aos Livros Didáticos de Sociologia, foram realizados um estudo em casa dos mesmos, dos conteúdos abordados de acordo com o ano/série os conteúdos estão soltos, é possível que tenha um pouco em cada livro da coleção, o que se percebe que não tem uma sequência de conteúdos, é necessário recorrer a coleção completa para ser possível ter ou não uma sequência de conteúdos de acordo com o ano específico, sendo que o livro anterior seria melhor que os atuais, por ter todo conteúdo em um só livro.

O LD é uma ferramenta útil na sala de aula, e os estudantes tem feito as atividades durante algumas aulas, o meu uso é esporádico, o LD quando usado nas aulas é devolvido para a biblioteca da escola, pois não têm uma coleção para cada educando, que consta de 6 livros. Na realidade deveriam ser entregues aos estudantes como por exemplo, no 1º, 2º e 3º ano do NEM, receberiam 2 livros da coleção, após a escolha pelos professores da área de CHSA, o que nunca aconteceu na escola, por falta de consenso entre os pares.

Então, isso contraria o Memorando SEE/DIEM nº 6/2022, que trata sobre o uso do LD nas escolas mineiras a partir do ano de 2022, no NEM. O documento orienta quanto ao uso do LD para o 1º ano. São feitas as escolhas de dois livros por área de conhecimento, 2º ano dois livros, e no e 3º ano dois livros, no entanto os livros devem ser diferentes para cada série. Também é preciso que se façam essas escolhas de acordo com a realidade dos estudantes e com o Plano de Curso do estado, o que se difere da Língua portuguesa e Inglesa, cujos LD são únicos para serem trabalhados nos três anos do EM.

Nas reuniões de área de conhecimento que acontecem na escola quinzenalmente, não existe uma discussão em torno do LD, cada professor usa o livro de acordo com o conteúdo do Plano de Curso da SSE MG, leva para a sala de aula e depois é devolvido para a biblioteca da escola. O que seria importante essa discussão quanto ao uso dos livros.

Houve em um momento uma discussão no grupo, pois alguns professores discordam quanto ao uso, no caso a separação de dois livros por série, pois alegam que nos livros os conteúdos estão enxutos, pouco aprofundados, bem rasos nas teorias, isso traz um certo distanciamento quanto ao seu uso. Seria interessante pensar também na redução de aulas que alguns componentes tiveram, assim o livro assumiria uma posição interessante como auxiliar na aprendizagem por esse motivo.

Outro Livro Didático que deve ter a devida atenção, que se intitula Objeto 4 são Obras Pedagógicas destinadas aos professores e gestores, elas têm como foco avaliações educacionais; já os Recursos Educacionais Digitais servem para ampliar os recursos pedagógicos do professor sendo mediado por tecnologias. Minha escolha por esse objeto, sendo a única professora de Sociologia na escola no momento da escolha, o LD de formação continuada foi a Moderna em Formação Sociologia, da mesma editora da coleção Diálogo. Não fazia muito sentido escolher outra obra de editora diferente.

O LD de Formação do Professor tem seis autores com formação na área de Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia), como descrito nesse livro em questão. Nele consta 4 capítulos com destaque para o capítulo 4, que traz temas relevantes e sugestões de trabalho e panorama geral do capítulo, com oito temas sendo cada um com o conteúdo temático, mapa conceitual e 3 aulas com sequência didática inicial e como fazer.

Então, o LD pode ajudar o professor em suas aulas, de acordo com suas práticas pedagógicas, dando luz a algumas temáticas expostas nessa obra, mas o que se espera é que o LD não seja um objeto engessado, pelo contrário é um suporte para aquisição de saberes para a Sociologia.

Quanto a formação de professores em relação ao uso dos LD, quando a escola recebeu o documento da SEE MG sobre os livros, não houve uma formação específica quanto a sua usabilidade, ou aplicabilidade pelos professores. Isso não seria o adequado, pois é necessária uma formação para que se aprenda sobre sua aplicabilidade, seu uso, afinal, de acordo o PNLD 2021, são muitos livros (objetos) diferente do PNLD de 2018, onde o professor fazia a escolha de um livro que era usado por três anos com volume único.

Em diversos sites de Editoras dos LD se empenharam em fazer lives e vídeos sobre como se daria sua usabilidade, como encontrar os conteúdos nos livros, e como deveriam ser

usados de acordo com as áreas de conhecimento e também diversos infográficos para localizar os conteúdos, e explicando a abordagem dos livros. Isso se pode verificar na Editora Moderna, da coleção Diálogo escolhida pela maioria da CHSA na escola.

Em se tratando de formações sobre a implementação do NEM na escola, não houve formações suficientes, pois diversos professores ainda tentam entender como se dá essa dinâmica com tantas mudanças, carga horária de aulas, diminuição de conteúdos da BNCC, os aprofundamentos tanto em relação ao 1º ano e 2º EM o trabalho agora se faz por área de conhecimento e não mais o professor isolado na sua “caixinha”, como era antes das diversas mudanças no Ensino Médio.

Sobre a formação de professores, a escola proporciona durante as reuniões de Módulos II que são obrigatórias a presença dos professores, pois compõem a carga horária de aula. As reuniões em certas ocasiões abordam algumas mudanças que vêm ocorrendo, mas uma formação específica voltada para o NEM, não acontecem de fato

No ano de 2021, que antecedia a implementação obrigatória do Novo Ensino Médio, a Secretaria de Estadual de Educação por meio da Escola de Formação mineira fez alguns Webinários via Youtube sobre a nova proposta da reforma, na tentativa de levar informações do processo. Acredito que pelas falas dos colegas, poucos professores podem ter assistido a essas lives.

Então, sempre gira discussões em relação a esses tipos de formações, que na realidade não existem muitas novidades, ou quase nenhuma, as informações estão nos documentos, nos parece que ainda alguns formadores se encontram perdidos nas palavras, isso não atende nossas perspectivas enquanto professores, sempre se espera uma formação presencial, e como, por que e quando fazer na prática no chão da escola, isso sim seria uma formação desejável.

A SEE MG oferta aos professores por meio da Escola de Formação diversos cursos com certificação, são cursos online relacionados ao Novo Ensino Médio sobre a BNCC, as áreas integradoras, eletivas, dentre outras. E também, oportuniza a possibilidade de se estudar uma especialização, pós-graduação por meio do Trilha do Futuro que é um projeto criado para formação de professores.

No entanto, a maioria dos professores colegas de trabalho, somente dois que se aventuram nesse projeto de cursar uma pós-graduação, da área de conhecimento da Matemática, e Ciências Humanas, talvez por fazer parte de seu projeto ou falta de oportunidade anterior, pois no município não têm universidades, e alguns dos cursos existe a possibilidade de estudos a distância, e ou talvez para futuramente ter algum reajuste salarial com um título de

especialista. Já sobre as formações da Escola de Formação, a maioria dos professores da escola não demonstram muito interesse.

Assim, é unânime a fala dos colegas professores aqui na escola que trabalho. Não existe valorização profissional pelo estado mineiro em relação aos profissionais da educação, então por que deveria fazer uma pós-graduação? São questionamentos que deveriam ser levados a diante, pois a atual situação nos leva a questionar se realmente a profissão, o ofício de professor é ou não valorizada ou desvalorizada.

O que de fato nós professores esperamos é que a educação mereça um olhar de destaque para que se forme indivíduos conscientes, críticos para que consiga ter uma formação integral, e prezar por uma valorização profissional, ou seja, ser valorizado financeiramente, ter e receber os recursos para que realize as suas atividades pedagógicas, espaços adequados nas escolas, e ter vez e voz na participação, elaboração de políticas públicas educacionais.

Com o propósito de estabelecer o corpus para a presente pesquisa, nesse momento, procurou apresentar a perspectiva dos professores em relação ao uso, aplicabilidade e relevância do livro didático no NEM. Sendo assim, para auxiliar no entendimento sobre a realidade enquanto usabilidade, aplicabilidade relacionados ao uso do LD, sua importância e sua relação com o NEM, optou-se por realizar entrevistas com os docentes responsáveis pela área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) da E.E. Sérgio de Freitas Pacheco no município de Capinópolis MG, onde trago minha prática profissional, e também onde se realiza a observação participante. Com o intuito de gerar dados a partir das seguintes questões norteadoras apresentadas a seguir.

- 1-Seu componente curricular de atuação
- 2-Quanto tempo trabalha na escola como professor no EM atuando no seu componente curricular?
- 3-Já trabalhou em sala de aula como professor em outro componente curricular diferente de sua formação? Se sim, qual?
- 4-Sempre trabalhou nessa escola ou tem outras experiências em outras instituições? Se sim, quais?
- 5-Sua idade?
- 6-Atualmente, quais são os componentes curriculares está trabalhando?
- 7-Sobre o NEM, você participou das discussões sobre tais mudanças
- 8-Qual a importância ou não dessa participação enquanto professor?
- 9-Sobre o NEM, qual sua percepção sobre as mudanças ocorridas?

- 10- Você conhece o PNLD? Acredita ser importante seu estudo?
- 11- Em relação ao LD qual foi o livro escolhido na sua escola e o que você acha do LD do NEM?
- 12- Houve estudos em sua escola sobre o PNLD? Como foram as escolhas dos LD na sua escola?
- 13- Você acredita ser importante seu uso em sala de aula? De que maneira o Livro Didático ajuda o professor em sala de aula?
- 14- Você poderia descrever brevemente o uso que faz dos LD dentro e fora da sala de aula com os estudantes no NEM?
- 15- O seu uso é constante ou esporádico em sala de aula? Como é seu cotidiano com os LD no NEM?
- 16- Você já trabalhava com os livros didáticos antes do NEM? Se sim, poderia descrever brevemente o uso que fazia deles dentro e fora da sala de aula com os estudantes? Seu uso era diferente do atual em quais aspectos ou dimensões? Como era o seu cotidiano com o LD antes?
- 17- Como você analisa os Livros Didáticos atuais em relação aos anteriores?
- 18- Qual sua percepção em relação aos estudantes quanto ao uso do LD?
- 19- Como você analisa o uso do LD pelos estudantes, que relevância se daria
- 20- Atualmente a área de Ciências Humanas e Sociais, os professores que atuam dentro dessa área de conhecimento devem escolher juntos a coleção de LD, qual sua percepção em relação a esse formato de escolhas?
- 21- Para você, como é trabalhar em conjunto dentro de uma determinada área de conhecimento? Existe interação dos professores? Como foi a experiência de uma área de conhecimento integrada nesse ano de 2023 até o presente momento?
- 22- Existiu oportunidades administrativas para essa interação? Vocês usaram os módulos extraclasse e reuniões de área de conhecimento para essa interação, ou qual foi o mecanismo utilizado?
- 23- Quais suas expectativas em relação ao LD? Para você, quais são os pontos fortes e fracos do LD por área de conhecimento no NEM?
- 24- Quais os pontos diferentes dos LD quando eram por disciplina/ciência?

Dentre os professores entrevistados da área de CHSA, cinco se dispuseram a participar da pesquisa por livre consentimento, sendo quatro professoras e um professor. Todos com experiência de cinco anos ou mais atuando no seu componente curricular, a maioria já trabalhou

em outras escolas, e somente um professor trabalha em duas escolas no momento, três deles são efetivos e dois são contratados, e somente dois dos professores questionados trabalham somente no seu componente curricular, os demais além de atuar em seu componente necessitam “pegar aulas” em outros componentes para complementar sua carga horária.

Diante disso, percebe-se no perfil dos docentes o avanço da precariedade na educação como sinaliza Previtali (2022), Saviani (2007, 2021) visto que o professor precisa se desdobrar em diversos componentes (eletivas, itinerários formativos) para conseguir um cargo completo de 24 horas semanais em MG, principalmente porque precisa trabalhar a interdisciplinaridade atuando em outros componentes dentro da área de CHSA. Percebe-se nessa amostragem como os docentes que ministram aulas em suas ciências possuem uma boa experiência na área e como foram impactados com o NEM.

Quando questionados sobre a participação em relação as mudanças ocorridas no NEM, todos sinalizam sobre a importância na participação nas discussões, um professor diz não ter participado, alguns de forma direta e outros indiretamente participaram, e todos têm a ciência de que o estudo, entendimento sobre essas mudanças são importantes e necessárias para o professor.

No entanto, sobre as mudanças no EM os professores esperam que as aulas sejam mais dinâmicas por conta do aumento da carga horária, um dos professores diz que “as mudanças são boas, mas com crítica de que o NEM é mal executado principalmente na escola em relação aos pares não funciona”. Visto que é notório no chão da escola, que o NEM não é um sucesso por ainda estar sendo implantado e há muita resistência pelos professores, pais e estudantes ao novo. Faltam profissionais para trabalhar nos componentes curriculares, e debates e formações são importantes para entender sobre o NEM. Importante ressaltar a fala de um professor que diz ser importante estar sempre procurando conhecimento sobre o NEM, que veio pra ficar, cada dia mais aprender sobre o assunto é melhor.

Ainda assim, o ponto de vista de outra professora seria que

é uma duologia, o Ensino Médio, por quê tem muita matéria aqui muito boa. Eu sou uma das da rainha do itinerário formativo, porém, tirou o espaço, tirou a quantidade de aulas da BNCC, O que também é muito ruim, mas o que eu acho tem que ser adequado não tirar todas as matérias do itinerário. Eu acho muito importante, mas, às vezes o itinerário formativo está sobressaindo a BNCC. Eu acho que tem que ter um contrapeso aí, uma igualdade maior.

O que se percebe nesse currículo do NEM, é que houve reduções de alguns componentes curriculares para dar lugar aos Itinerários Formativos, e para os professores isso é ruim, pois há

uma redução das ciências (BNCC). De maneira geral, os professores acreditam que o NEM ainda precisa de adequação tanto do professor e estudantes.

Quando perguntados sobre o PNL D, todos professores conhecem, sabem da importância do documento para escolha dos livros. Um professor já participou na elaboração de LD, e que a partir desse documento pode-se escolher livros para a escola, e que a discussão é válida. Houve momentos em reuniões na escola para as escolhas dos LD, apesar que a coleção de livros escolhida na primeira opção não veio para a escola, e que alguns professores participaram das escolhas e outros não, porque naquele momento não compunham o quadro de professor no ano em questão.

Questionados sobre a importância do uso do LD, percebemos que poucos professores fazem uso dos livros e somente dois dos professores inclusive um dos professores relatou que no início teve uma resistência, mas quando estudou os livros agora faz uso mais constante no NEM.

Os demais professores quase ou nunca usam os LD, as queixas e justificativas são de que “os livros atuais são muitos, os conteúdos estão separados nos seis volumes” e devem ser trabalhados interdisciplinarmente na área de CHSA (PNLD 2021), e que segundo os professores “é difícil encontrar os conteúdos nos livros e diferenciar os componentes curriculares, que ora inicia um tema em um livro, depois outra parte em outro livro, não tem uma sequência didática”.

Na Geografia e História, por exemplo, os professores questionam a ausência de uma parte do conteúdo que não estão nos livros, e quando comparado ao LD anterior, é fato de que preferem o livro anterior pela praticidade e didática de estar todo o conteúdo em um só livro. Esse é o relato de uma professora em relação ao LD atual “eu acho o livro superdifícil de ser trabalhado, muito difícil”, já em outro relato a professora diz que “depois de conhecer achei fácil, eu uso bastante em sala de aula”.

Contudo, vale expor que a maioria dos professores faz uso do livro para estudos e usam como um guia para suas aulas, pois ajuda a embasar os conteúdos, mesmo assim a maioria não leva para a sala de aula por não achar interessante o seu uso, e demonstram também haver outras metodologias além do LD, bem como sinaliza Mocelin (2021, p. 91) “além de serem importantes instrumentos para a escolarização dos discentes, bem como para a formação de docentes”. Como se percebe no seguinte relato da professora “eu vejo que o livro tem uma questão cartográfica que eu acho que é uma das coisas, mas a gente consegue achar num livro didático, Geografia interessante, às vezes um relevo, um rio, alguma coisa, a gente usa como complementação”, e outro relato “eu tenho os livros, para mim, eu pego as partes principais, o que é interessante de acordo com os planos de estudo dos alunos, do planejamento anual de

Minas, é claro que eu utilizo, porém levar em sala de aula eu não faço isso”. Outro relato sobre o LD coloca que “uso esse livro mais para um texto de referência, uma imagem, uma análise de alguma atividade que tem gráfico, mas para meu uso geral é bem pequeno, uso pouco”. Outro professor coloca que “eu os utilizo muito como arcabouço teórico, e como bases para outras metodologias ativas”.

O uso do LD é variado pelos profissionais, sejam para estudos, ou uso de forma complementar, estudos da parte teórica, atividades no LD como oficinas de CH, uso de mapas, estudos em grupos, resumos, mesmo poucos professores que fazem uso na sala de aula com os estudantes, mas se percebe que todos fazem uso fora da sala de aula. Assim, se percebe que o LD é uma ferramenta que poderá ajudar o professor dentro e fora da sala de aula a depender se sua necessidade de ensino e aprendizagem como retratado por Meucci (2014).

Pierre Bourdieu (2002) destaca a importância de não considerar o livro didático como um objeto isolado, mas sim como parte de um conjunto de relações e propriedades que o envolvem. Bourdieu enfatiza a necessidade de construir o objeto do livro didático, ou seja, compreendê-lo em seu contexto e nas implicações que decorrem desse contexto.

A análise do livro didático não se restringe apenas ao conteúdo textual presente em suas páginas. De acordo com Choppin (2004), é necessário considerar o livro didático em sua totalidade, ou seja, além dos textos, é preciso observar e analisar seus diversos elementos textuais e aspectos que vão além do conteúdo textual. Ao considerar o livro didático em seus diversos elementos textuais e além deles, é possível compreender sua função e influência no contexto educacional. Essa abordagem permite examinar como o livro didático constrói e transmite conhecimentos, valores, perspectivas e ideologias, além de investigar como ele é utilizado e interpretado pelos professores e alunos.

Em suma, Bourdieu e Choppin apontam para a necessidade de uma análise mais abrangente e contextualizada do livro didático, considerando não apenas seu conteúdo textual, mas também seus elementos visuais, pedagógicos e as relações que o cercam. Isso permite uma compreensão mais profunda do livro didático como um objeto complexo e seu papel na educação.

Ainda assim, podemos perceber nos diversos relatos expostos pelos professores retratados no chão da escola que coincidem com o uso que vários docentes que o utilizam. Segundo Mocelin (2021, p. 96), o LD no seu uso, ou não, junto aos estudantes é uma opção metodológica do professor, e isso implicaria como são desenvolvidas as aulas, de acordo com seu planejamento e o seu currículo, e de acordo o componente curricular, que pode variar a sua

frequência, rotina e o uso que se faz, ou poderia simplesmente “utilizar para seu estudo pessoal, planejamento ou indicar a alunos” (Mocelin, 2021.p. 96).

Assim, para Vieira (2018),

Ao produzirmos material didático precisamos levar em consideração a dialogicidade, ou seja, o material precisa subsidiar a aula de um professor e contribuir com a compreensão do objeto. Esta contribuição se dá quando o manual está preparado teórica e didaticamente aos alunos do Ensino Médio.

Então, quando o professor não utiliza o LD, ele procura outros materiais para suas aulas, como aponta Vieira (2018). Esses materiais devem ser pensados tanto na teoria, como na prática e que contribuam para que o estudante compreenda sua realidade, o tema de estudo em questão, e principalmente que se tenha uma didática adequada para essa compreensão.

Na visão dos professores quanto a relevância do LD pelos estudantes, os professores consideram uma ferramenta que agrega conhecimento para o estudante, mas têm pouca relevância, pois eles ainda não têm maturidade para trabalhar a interdisciplinaridade dos conteúdos.

Outra dificuldade também enfrentada é o número de livros que chegaram na escola, pois não tem livro para todos estudantes. Quando o professor precisa usar na sala de aula precisa pegar os livros na biblioteca e depois devolver, não é fácil o seu manuseio, a falta de interesse do estudante pelo livro seria um fator ruim por ser maçante para ficar fazendo cópias. Quando vai entregar o LD, eles não querem levar para casa pela árdua tarefa de guardar e transportar. Segundo um professor, os estudantes “têm muitas dificuldades atuais como a falta de leitura e compreensão, o envolvimento por parte deles, por isso o uso do LD não é efetivo e isso seria um desafio”. Outra fala de um professor deve ser considerada, sobre a sua relevância e atualização do LD, pois “os conteúdos estão defasados”, mas essa fala vai na contramão do PNLD (2021), pois aponta que os conteúdos dos LD são inéditos.

Referente ao formato de escolhas de LD dentro das CHSA, os professores acham interessante esse formato pela troca de conhecimentos, mas o não respeito pela escolha dos professores é questionada, por não vir o livro que a área escolheu (primeira opção), poderia ser mais eficiente a forma de distribuição dos LD. Os professores ainda relatam que “não estão preparados ainda para utilizar a interdisciplinaridade em suas aulas e nos LD, há dificuldade nesse formato”. Outra percepção é a de que escolhemos o “menos pior” dos livros, pois tem que adequar a todas as áreas de conhecimento, este é um grande desafio e um fator limitador para os professores.

Nesse sentido, mesmo havendo momentos e oportunidades administrativas para reuniões de CHSA, os professores se queixam de que as reuniões que acontecem são válidas, mas pouco eficazes, tanto nas reuniões de área de conhecimento, ou quanto nos Módulos. Na maioria das reuniões não estão todos professores e isso é um ponto negativo, pois as discussões e conseqüentemente os projetos não acontecem de maneira integral. Outro ponto seria “o despreparo em se trabalhar em conjunto”, ou o professor se sente vigiado, intimidado, enciumado, muitas vezes não há trocas nessas reuniões de área de CHSA. “O trabalhar em conjunto é um dos desafios do NEM”, o projeto poderia ser produtivo, mas “o trabalho interdisciplinar ainda é um grande desafio a ser superado”, segundo um dos professores entrevistados.

Sobre as expectativas em reação ao LD, um professor de História diz que “os livros abarcam as matérias e está sempre conversando com seus pares e que estão de acordo com seu planejamento e o plano de curso do seu componente”. Outro relato é que “o ponto forte do LD são as oficinas, pesquisas, para além do livro”, mas segundo esse mesmo professor o “ponto ruim do LD seria a sua fragmentação dos conteúdos, o estudante não está preparado para esse formato, e que deveria voltar o formato anterior”.

Outro professor também questiona a interdisciplinaridade, pois “não estamos prontos para esse formato ainda, e isso é um ponto de atenção e ainda é um desafio”. Outro entrevistado diz ter “dificuldades no manuseio dos livros e que até poderia ser dois livros, mas que fossem separados por componente curricular e não juntos como são hoje e que os livros deveriam ser como era antes”. Outro questionamento seria que o LD fosse mais atrativo, mais dinâmico, mas ainda não temos isso, e que algumas habilidades dos livros não combinam. O ponto forte do LD para o professor de Geografia seria ter mais mapas, gráficos e trazer a Geografia Física, pois há mais a questão social nos livros (Geografia Humana), e que não são coerentes com a matéria que esse professor trabalha.

Por conseguinte, houve questionamento sobre os pontos diferentes do LD atual e o anterior, e todos os professores concordam que “o livro anterior é melhor que os atuais, pois os componentes curriculares eram separados, cada um tinha um livro e ali havia uma sequência de conteúdos, fácil de manusear, sem precisar dividir os conteúdos com outros componentes, e também era possível trabalhar a interdisciplinaridade”.

Entretanto, “os livros atuais, às vezes, possuem os conteúdos que precisam ser complementados” segundo um dos relatos de um professor. Os LD são separados em seis volumes, que devem ser usados dois em cada ano escolar, não têm uma sequência, alguns temas

iniciam em um livro e terminam em outro, e isso seria um problema em relação ao livro atual pela sua fragmentação de conteúdos.

Diante disso, vislumbra-se a necessidade em se expor essa observação realizada no chão da escola com questionamentos aos professores de CHSA, que tem a pretensão de levantar a reflexão sobre a real aplicabilidade, importância e uso que professores fazem na sala de aula do LD no NEM, e que parece prevalecer como ação pedagógica do professor e suas escolhas direcionadas em suas práticas didáticas.

5. Considerações Finais

O objetivo geral desse estudo foi descobrir de que forma as alterações de alguns documentos oficiais têm impacto no LD no ensino de Sociologia no NEM. Nesse viés, parte-se da hipótese de que os Livros Didáticos poderão ser significativos para o ensino e aprendizagem dos estudantes. Para atingir esse propósito foram estudadas a importância da Sociologia na Educação Básica, na tentativa de descrever as principais mudanças no NEM relacionado a Sociologia e, assim, verificar a importância do LD e do PNLD.

Logo, ressalta-se a importância da Sociologia, principalmente no resgate teórico sobre os clássicos da Sociologia. Marx sobre suas críticas ao Capitalismo e a exploração do indivíduo onde a escola seria uma etapa para especialização do trabalho, Durkheim sobre a importância do processo educativo para a socialização e Weber sob a ótica de que a educação deve ser humanizada, especializada e carismática.

A principais mudanças significativas em relação ao NEM são o aumento da carga horária dos estudantes, a inclusão de novos componentes dos Itinerários formativos como eletivas, aprofundamentos nas áreas de conhecimento, uma BNCC. Isso traz a diminuição de alguns componentes curriculares da base. A Sociologia faz parte do currículo mineiro na matriz curricular do 1º, 2º e 3º anos do EM, tanto do ensino regular e na modalidade da EJA nos 3 anos, mesmo assim, não há garantias de que a Sociologia continuará no currículo brasileiro e mineiro, porém o PNLD (2021) ainda aponta garantia de livros desse componente curricular.

Nesse sentido, observa-se nessas mudanças relacionadas a reforma do Ensino Médio o esvaziamento do currículo de disciplinas propedêuticas da BNCC, e um acréscimo de conteúdos que foram desmembrados das áreas de conhecimento para dar lugar a novas disciplinas a partir da reforma do EM.

A literatura da área (Frigoto, Kuenzer, Previtali, Libâneo, Mészáros, Enguita, Hill, Saviani) revelam que há uma disputa que gira em torno da educação, dos currículos por empresários capitalistas neoliberais que permeiam a atual conjuntura educacional, uma disputa por projetos ideológicos educacionais, como se observa em alguns dos documentos oficiais a partir da reforma do Ensino Médio pela Lei 13.415/2017, na LDB (2022), na BNCC (2018), no CRMG (2020), e nas novas Matrizes Curriculares mineiras (2022); onde são exigidas competências e habilidades que o atual mundo moderno exige. Ou seja, um currículo que pretende formar os sujeitos para entrar no mundo do trabalho, um sujeito flexível. Como aponta Gawryszewski e Pereira (2023, p.20),

essa reforma do EM que se trata de um aprofundamento de um projeto educacional restrito de que os sentidos da aprendizagem sejam como uma lista de competências e habilidades, sem acesso consolidado aos saberes e aos conhecimentos sistematizados, de modo a limitar as trajetórias escolares e profissionais dos jovens da classe trabalhadora.

É necessário estar atento às novas mudanças que permeiam o campo educacional e suas reais intenções. A hipótese inicial seria que os LD poderão ser significativos para o ensino e aprendizagem dos estudantes, se mostrar importante para o professor e pela relevância do seu uso em sala de aula, por otimizar as aulas, pois houve diversas perdas de aulas de alguns componentes curriculares da BNCC.

Nesse sentido, é um artefato importante no processo de ensino aprendizagem dos estudantes por colaborar em suas aprendizagens, e pode servir de norte ao professor, visto que, atualmente são obras para a Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em diálogo com a Matemática, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Língua Estrangeira Moderna – Inglês: Ensino Médio, Língua Portuguesa: Ensino Médio, Matemática e suas Tecnologias, Projetos Integradores e Projeto de Vida, e Obras de Formação Continuada do Professor.

Sob essa ótica, deve-se pensar o tipo de sujeito que se quer formar, conhecimento e prática. É preciso considerar não só as competências e habilidades dos sujeitos, e sim deve se pensar em ter uma reflexão crítica. Por outro lado, a observação participante e entrevistas realizadas com professores demonstram que o livro possa ter diferentes significados a depender da prática pedagógica desejável para atuar em sala de aula.

Os instrumentos metodológicos qualitativos realizados fundamentam as pesquisas bibliográficas, com base em leituras e análises de documentos, sites, livros sobre os temas propostos, e realizou-se a observação participante e entrevistas com professores da área de CHSA, cujo objetivo é mostrar a realidade, e aproximação quanto ao uso do LD no Ensino Médio no chão da escola.

De maneira geral, a percepção revelada é que parte dos professores usam os livros, outros não usam em sala de aula, e também é explícito que ainda existe uma certa resistência quanto ao seu uso em sala de aula, ou talvez por falta de estudos relacionados sobre como se apropriar dos materiais, sendo necessárias formações em se tratando do NEM, e as dificuldades em se trabalhar na área de conhecimento de CHSA.

A observação na escola enfatiza a real necessidade de ter formações adequadas para professores, que reclamam e se sentem muitas vezes prejudicados, tanto quanto ao uso de livros, e sobre as mudanças acarretadas no NEM. A Secretaria de Educação se faz ausente, já que são

poucas as formações presenciais. Seria importante investir nas formações dos professores e uma melhor valorização de remuneração, pois com tantas mudanças o professor tem a necessidade de ter até dois cargos de aulas para ter uma remuneração satisfatória, se sobrecarregando. O que sinaliza um trabalho precário e poderá afetar seu desempenho em uma qualidade satisfatória das suas práticas educacionais.

Outro ponto que merece ser destacado é que, em relação ao LD, os professores responderam o questionamento sobre sua relevância, seu uso e aplicabilidade. No entanto, dos cinco professores entrevistados apenas dois usam constantemente, os demais afirmam não usar os livros em sala de aula com os estudantes, pois são muitos livros, não tem sequência de conteúdos e isso dificulta a sua prática, mas por outro lado, usam os livros para estudos teóricos, para preparar suas aulas. Isso seria um ponto que merece atenção e que deve ser mais estudado, o porquê de os professores não usarem os LD em suas práticas pedagógicas.

Mas, os professores que afirmaram usar o LD em suas aulas, mesmo não sendo em todas, colocam que os livros têm os materiais que precisam e que ajudam nas suas aulas e estão de acordo os seus planos de curso, e que usam em práticas de ensino variadas, mas que devemos usar não somente o LD que é um instrumento importante, mas metodologias diversificadas nas aulas. Mas ainda assim, todos os professores têm preferência pelos livros anteriores, pelo fato desses livros estarem separados por cada componente curricular, e ter todo o conteúdo em um só livro (um volume apenas).

O que culmina em outra discussão que seria trabalhar a interdisciplinaridade dentro de uma área de conhecimento, a que o CRMG (2020, p.205) retrata,

A interdisciplinaridade, portanto, torna-se eixo fundamental nessa nova perspectiva educacional, pois pressupõe o diálogo entre os princípios metodológicos e epistemológicos dos componentes curriculares que compõem a Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Assim, tem - se uma dificuldade na escola em se trabalhar a interdisciplinaridade, como aponta os professores que “não estamos acostumados a trabalhar assim, não ainda”, e com essas mudanças no NEM, temos que aprender a trabalhar juntos, entre os pares e isso é uma fragilidade que precisa ser superada. Não é uma tarefa fácil, pois muitas vezes o colega acha que estamos “vigiando”, “estamos com ciúmes” e quase sempre não se consegue desenvolver um projeto dentro da área porque falta “voz dos colegas” e apoio em colaborar com o outro.

Dessa maneira, esses fatores são pontos negativos para que se tenha um currículo desejável e professores conectados dentro de uma área de conhecimento, mas precisamos avançar nessas questões com muitos estudos e pesquisas relacionadas a essa problemática.

A outra discussão que merece atenção, se há diversos LD, o porquê de os professores da escola ainda resistirem em usar os livros? No entanto, os professores questionados afirmam sobre suas perspectivas em relação ao livro, “que ele dever ser mais significativo, e ter tudo em um só livro para facilitar nas sequencias didáticas, e que se seja atrativo para os estudantes”. Desse modo, cabe aqui uma reflexão e estudos empíricos mais avançados na prática usual desse objeto, para assim se chegar a um ponto claro desses questionamentos, o porquê de sua real significação, como se daria sua atratividade se tudo estivesse em apenas um livro.

Uma das maiores dificuldades em avançar nesse estudo é o tempo e a quantidade de materiais, e a dificuldade do recorte dos mesmos pelas suas diversidades, e avançar sobre as problemáticas das disputas ideológicas, políticas em torno do campo educacional que são necessárias.

Estudos dos diversos documentos que foram alterados a partir da Reforma do NEM se fazem importantes, pois foram significativas e transformaram a educação e a vida escolar tanto de estudantes e professores com aumento de carga horária, diminuição da parte curricular da Formação Geral Básica e inserção de uma parte diversificada. Ou seja, os diversos componentes curriculares diminuíram sua carga horária para dar lugar aos Itinerários Formativos. Isso pode se apresentar como um perca para as ciências que fazem parte do currículo, não se pode aprofundar os conhecimentos, pois as aulas diminuíram.

Portanto, a partir do estudo apresentado, recomenda-se que novas pesquisas sejam feitas em relação aos LD de CHSA aprovados no PNLD (2021) para atender as mudanças do NEM, pelo fato de haver diversas maneiras de explorar os conteúdos abordados nesses livros relacionados à Sociologia e pela sua quantidade significativa de obras de diversas editoras. Ressalta-se que este é apenas o início de outros estudos, e que não se esgotam as pesquisas sobre a importância dos LD de Sociologia, ou seja, a pesquisa em questão teve a pretensão de favorecer o exame da temática sob novo enfoque.

Referências

- ABECS.** Disponível em: <https://abecs.com.br/carta-aberta-pela-revogacao-da-reforma-do-ensino-medio-lei-13-415-2017/>. Acesso em: 06 abr. 2022.
- ABRAMO, Perseu. Pesquisa em Ciências Sociais. *In:* HIRANO, Sedi. (Org.). **Pesquisa social: Projeto e planejamento.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p. 19-87.
- ATISANO, Regiane Aparecida. A educação sob o enfoque de Émile Durkheim. *In:* CARVALHO, Alonso Bezerra de; SILVA, Wilton Carlos Lima da. (Org.). **Sociologia e Educação: leituras e interpretações.** São Paulo: Avercamp, 2006.
- BARBOSA, Jeferson Lima; DESCARDECI, Maria Alice. Percurso para compreender a semiótica: a cooperação entre a epistemologia e o histórico da semiótica. **Estudos Semióticos**, v. 8, n. 1, São Paulo, jun. 2012, p. 124-137. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dl/semiótica/es>. Acesso em: 06 abr. 2022.
- BIERSTEDT, Robert. O pensamento sociológico no século XVIII. *In:* BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. **História da análise sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 19-64.
- BNCC.** Base Nacional Comum Curricular. MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2017-pdf/79631-rcp002-17-pdf/file>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- BODART, C. das N.; AZEVEDO, G. C. de; TAVARES, C. dos S. Ensino de Sociologia: processo de reintrodução no Ensino Médio brasileiro e os cursos de Ciências Sociais/Sociologia (1984-2008). **Debates em Educação**, [S. l.], v. 12, n. 27, p. 214-235, 2020. DOI: 10.28998/2175-6600.2020v12n27p214-235. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8964>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- BODART, Cristiano das Neves. Alexander *et al.* (Org.). **Sociologia escolar: ensino, discussões e experiências.** Porto Alegre: Cirkula, 2018.
- BRANDÃO. Carlos da Fonseca. LDB Comentada. **Lei de diretrizes e bases da Educação, Lei 9.394/96.** 4. ed. Brasília: Avercamp, 2011.
- BRASIL. **Currículo Referência de Minas Gerais.** SEE MG 2021. Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 01 maio 2022.
- BRASIL. **Decreto Lei n. 93 de 21 de dezembro de 1937:** Disponível em: <http://www.fnede.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/124-livro-didatico?download=10820:decreto-n93-de-21-de-dezembro-de-1937>. Acesso em: 06 abr. 2022.
- CARVALHO, Alonso Bezerra; SILVA, Wilton Carlos Lima (Org.). **Sociologia e educação: leituras e interpretações.** São Paulo: Avercamp, 2006.
- CHOPIN, Allain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/GNrKGpgQnmdcxwKQ4VDTgNQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 abr. 2022.

COMTE, Augusto. **Curso de Filosofia positiva**. Primeira lição. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção: Os Pensadores.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo e quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola**. Porto Alegre: Clube dos Eds. 2008.

FERREIRA, Eduardo Carvalho. Relação escola e universidade: a Sociologia no Ensino Médio em perspectiva. In: CARVALHO, César Augusto de. **A Sociologia no Ensino Médio: uma experiência**. Londrina: EDUEL, 2010, p 13-35

FERRETI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**. v. 32, n. 93. maio-ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180028>. Acesso em: 06 abr. 2022.

FILLOUX, Jean-Claude. **Émile Durkheim**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.

FNDE - **Fundo nacional de desenvolvimento da Educação**. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.ph>. Acesso em: 27 nov. 2022.

FRANTZ, Walteir. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 6, jul/dez 2001, p. 242-264. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/HfHsN49JQ3yPzd75kFMq6Hg/?lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2022. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222001000200011>.

FREITAS, Luiz Carlos de. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137- 153, maio-ago. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016160502>. Acesso em: 06 abr. 2022.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

GAWRYSZEWSKI, Bruno; PEREIRA, Natália Silva. A reconstituição do processo histórico do *Novo Ensino Médio* no estado do Rio de Janeiro. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 30, e14355, 2023. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/14355/114117291>. Acesso em: 06 abr. 2022

GUIA digital do **PNLD 2018**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/pnld-2018/>. Acesso em: 06 abr. 2022.

GUIA digital do **PNLD 2021**. Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_didatico/inicio. Acesso em: 06 abr. 2022.

HILL, Dave. O neoliberalismo global, a resistência e a deformação da educação. **Currículo sem fronteiras (online)**. 2003. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss2articles/hill.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2022.

IANNI, Octavio. A Sociologia e o mundo moderno. **Tempo Social**; Rev. Sociol, USP, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-27, 1. sem. 1989.

IBGE. **Censo**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/capinopolis.html>. Acesso em: 24 mai. 2023.

KRUPPA, Sônia. **Entrevista sobre a LDB** (2017). Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=65899/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

KUENZER, Acácia Zeneida. O Ensino Médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 70, abril/2000.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação e Sociedade**, Campinas/SP, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun. 2017.

LDBN, 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2022.

LEI n. 11.684/2008, que alterou a Lei nº 9.394/1996, de **Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb001_2009.pdf. Acesso em: 06 abr. 2022.

LEI n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Novo Ensino Médio: BRASIL**, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 06 abr. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

MARCONI; LAKATOS. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. *In*: MARX, K, ENGELS, F. **Textos**. vol. 3. São Paulo: Ed. Sociais, s.d.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: Navegando, 2011.

MEC. **BNCC**, 2017. Ensino médio. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

MELLO, Guiomar Namó de. **Currículo da Educação Básica no Brasil**: concepções e políticas. setembro de 2014. Disponível em: https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2015/09/guiomar_pesquisa.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

MEMORANDO SEE/EFP - Livro Didático nº 6/2021: **Orientações aos gestores sobre o PNLD 2021 – Objeto 2**. Livro Didático para a etapa do Ensino Médio para o ano de 2022 nas escolas estaduais de Minas Gerais. Disponível em:

<https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Memorando.SEEEF%20-%20LIVRO%20DID%C3%81TICO.n%C2%BA%2062021.pdf>. Acesso em: 06 set. 2022.

MEMORANDO-Circular nº 20/2021/SEE/DIEM.SEE, MG. 2021 Ensino Médio: **Diretrizes curriculares para implementação no novo ensino nas turmas de 1º Ano /2022** e Catálogo de eletivas - Ensino Médio 2022.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2008.

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da Sociologia no Brasil**: os primeiros manuais e cursos. Campinas, SP: [s.n.], 2000. Dissertação mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

MEUCCI, Simone. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de Sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 02, n. 03, jan./jun. 2014.

MOCELIN, Daniel Gustavo. O livro didático pelos professores: uso e aplicação nas aulas de Sociologia em Porto Alegre. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 88-114, jan./jun. 2021.

MOZDZENSKI, Leonardo: Intertextualidade verbo-visual: como os textos multissemióticos dialogam? Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, Pernambuco, Brasil. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 177-201, jul./dez. 2013.

NASCIMENTO, Roseli Gonçalves do. Bezerra, Fábio Alexandre Silva, V. Heberle, Viviane Maria. Multiletramentos: iniciação à análise de imagens. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 14, n. 2, jul./dez. 2011.

NEWMAN, J.; CLARKE, J. Gerencialismo. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, maio/ago. 2012. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 19 out. 2022.

ORIENTAÇÕES Curriculares para o Ensino Médio: **Ciências humanas e suas tecnologias**/Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 133 p. (Orientações curriculares para o Ensino Médio; volume 3).

PARECER CNE/CEB nº 38/2006: **Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio**. MEC, aprovado em 7 de julho de 2006.

PORTAL cidades. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/capinopolis/panorama>. Acesso em: 24 jun. 2023.

PORTAL do MEC. **Mudanças na LDB**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2013.415%2F2017,flex%C3%ADvel%2C%20que%20contemple%20uma%20Base>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílon César. Trabalho e trabalho docente na Educação Básica em tempos precarização no Brasil. **Controversias y Concurrencias Latino-americanas**, v. 11, n. 20, 2020. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=588663787013>. Acesso em: 20 nov. 2022.

RAMOS, Marília Patta. Métodos quantitativos e pesquisa em Ciências Sociais: lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/16807/13379>. Acesso em: 20 nov. 2022.

RESOLUÇÃO SEE nº 4.657/2021: **Matriz Curricular Ensino Médio MG**, de 12 de novembro de 2021

RESOLUÇÃO SEE nº 4.777: **Matriz Curricular Ensino Médio MG**, 13 de setembro de 2022.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (Org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

SAVIANI, Demerval; DUARTE, Newton. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento - Revista de educação**, n. 4, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/mov.v0i4.296>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**: diretrizes na Universidade para o trabalho didático-científico. 2. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1975.

SILVA, Vanessa Alves, CUNHA, Kátia Silva. A base nacional comum curricular e o ensino de Sociologia: Uma análise acerca dos possíveis espaços no documento destinado a disciplina de Sociologia no Ensino Médio. **Anais... Conedu-VII Congresso Nacional de Educação**. 2020.

SILVA, Wilton Carlos Lima, CARVALHO, Alonso Bezerra. Contribuições do materialismo histórico para a educação. *In*: CARVALHO, Alonso Bezerra, SILVA, Wilton Carlos Lima. **Sociologia e educação - leituras e interpretações**. São Paulo: Avercamp, 2006, p. 39-55.

VIANA, Nildo. Max Weber: Tipos de educação e educação burocrática. **Revista Guanicuns, Anicuns-GO**, v. 01, n. 01, p. 117-132, 2004.

VIEIRA, Josenia. **Introdução à multimodalidade**: Contribuições da gramática sistêmico-funcional, análise de discurso crítica, semiótica social. Brasília, DF: J. Antunes Vieira, 2015.

VIEIRA, Mariana de O. Lopes. **A análise política no interior dos livros didáticos de Sociologia**. Congresso Internacional de Educação e Tecnologias. Encontro de Pesquisadores em educação a distância. 2018.

WEBER, Max. **Ciência e política**: Duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2015.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: EdUnB, 1991.